

Projeto Pedagógico do curso de Teologia



Equipe Responsável

Alejandro Cifuentes Flores – Doutor

Alzirinha Rocha de Souza - Doutora

Antônio Carlos Frizzo - Doutor

Antônio César Segnanfredo – Doutor

Bruno Alves Coelho – Mestre

Carlos Alberto do Carmo Barbosa - Mestre

Edevilson de Godoy - Doutor

Paulo Sérgio Carrara - Doutor

Rodrigo José Arnoso Santos - Doutor

Wellington da Silva de Barros - Doutor

1. A Instituição	6
1.1. Identificação	6
1.1.1. Mantenedora	6
1.1.2. IES Mantida	6
1.1.3. Dirigentes Principais	6
1.2. Breve histórico	7
1.4. A região de inserção	8
1.5. A identidade corporativa - Missão, Visão, Valores.	10
1.6. Objetivos institucionais	10
1.6.1. Objetivos gerais	11
1.6.2. Objetivos específicos	12
1.7. Organograma institucional	13
	13
2. O CURSO	14
2.1. Informações gerais	14
2.2. Organização Acadêmica e Administrativa do curso – fundamentação legal	17
2.2.1. Administração Acadêmica: Coordenação de Curso	18
2.2.1.1. Atuação do Coordenador	18
2.2.1.2. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional	20
2.2.2. Administração Acadêmica: Conselho de Curso e NDE	21
2.2.2.1. Composição, Funcionamento e Competências do Conselho de Curso	21
2.2.2.2. Composição, Atribuições e Plano de Ação do NDE	23
2.2.2.2.1. Composição	23
2.2.2.2.2. Atribuições	23
2.2.2.2.3. Plano de Ação	28
2.3. Concepção Metodológica da proposta pedagógica	29
2.3.1. Qualidade de ensino	32
2.3.2. Mecanismos de aprendizagem	33
2.3.3. O processo de avaliação do ensino-aprendizagem	34
2.3.4. A materialização dos princípios	35
2.4. Articulação do PPC com o Projeto Institucional – PPI e PDI	35
2.4.1. Implementação das Políticas Institucionais de Ensino	36
2.4.1.2. O Plano de Curso e o Projeto Integrador de Extensão	39
2.4.1.3. O Projeto Integrador Extensionista	40
2.4.1.4. As Atividades Práticas de Aprendizagem (APS)	40
2.4.1.4. A Reflexão dos Estudantes	41
2.4.2. Implementação das Políticas Institucionais de Extensão	42
2.4.3. Implementação das Políticas Institucionais de Iniciação Científica	44
2.4.4. Promoção de oportunidades variadas de aprendizagem associadas ao perfil do egresso	44
2.4.5. Práticas de acompanhamento e revisão do processo de ensino - aprendizagem	45
2.5. O Projeto Pedagógico de Teologia	45

2.5.1. Objetivos do Curso	45
2.5.1.1. O alinhamento do Objetivo com o perfil do Egresso	46
2.5.2. Perfil do Egresso	47
2.5.2.1. A análise de contexto e as características locais e regionais que influenciam a formação de profissional e que devem ser trabalhadas em atividades previstas no curso	48
2.5.2.2. A configuração de perfil de egresso, em função das novas demandas do mercado de trabalho	49
2.5.3. Atribuições no mercado de trabalho	51
2.5.4. A Organização Curricular	52
2.5.4.1. Eixos de Formação	53
2.5.4.1.1. Formação Fundamental	53
2.5.4.1.2. Formação Interdisciplinar	54
2.5.4.1.3. Formação Teórico-prática	54
2.5.4.1.4. Formação Complementar	55
2.5.4.1.5. Representação Gráfica por eixos de formação	55
2.5.5. Coerência com as DCNs e demais legislações	55
2.5.6. Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso	56
2.5.6.1. O desenvolvimento de conteúdos e as diferentes estratégias de aprendizagem	56
2.5.6.2. A organização em módulos	57
2.5.6.3. O processo contínuo de acompanhamento das atividades	57
2.5.6.4. Acessibilidade metodológica	58
2.5.6.5. Estratégia de promoção da autonomia do discente	58
2.5.6.6. Desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática	58
2.5.7. Componentes curriculares e a coerência dos procedimentos de Avaliação com a concepção do Curso	58
2.5.7.1. Disciplinas	58
2.5.7.2. Estágio Pastoral Curricular Supervisionado	59
2.5.7.3. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	63
2.5.7.4. Atividades Complementares	64
2.5.8. Estratégia de flexibilidade na organização curricular	65
2.5.9. A Interdisciplinaridade na organização curricular	65
2.5.10. A Compatibilidade entre hora - aula e hora - relógio	65
2.5.11. A estrutura curricular	67
3. CORPO DOCENTE	71
3.1. Política de Contratação	71
3.2. Política de Qualificação	71
3.3. Política de Qualificação docente nas atividades do curso	72
3.4. Perfil do Corpo Docente	73
3.5. Produção Científica nos últimos 3 anos	75
3.6. Atributos docentes	76
4. INFRAESTRUTURA	77
4.1. Infraestrutura física geral	77
4.2. Equipamentos	78

4.2.1. Secretaria Acadêmica	78
4.2.2. Sala de professores	78
4.2.3. Sala Diretor	79
4.2.4. Sala Diretor Secretário	79
4.2.5. Sala de Comunicação e Pós-Graduação	79
4.2.6. Auditório	79
4.2.7. Salas de Aula	80
4.3. Manutenção e conservação das instalações físicas	80
5. BIBLIOTECA	81
5.1. Composição do Acervo	81
5.2. Serviços oferecidos pela biblioteca	82
5.3. Horário de Funcionamento	82
5.4. Pessoal técnico-administrativo da Biblioteca	82
5.5. Infraestrutura física	82
6. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	83
6.1. Constituição	83
6.2. Formas de acesso, seleção e permanência	83
6.3. Programas de apoio ao Corpo Discente	83
6.3.1. Nivelamento	84
6.3.2. Atendimento psicopedagógico	84
6.3.3. Apoio Financeiro	86
6.3.4. Apoio à participação em projetos	86
6.3.5. Monitoria	87
6.3.6. Acompanhamento ao Egresso	88
6.3.7. Organização estudantil	89
6.3.8. Plano de Acolhimento e Permanência	90
7. AVALIAÇÃO DO CURSO	94
7.1. Avaliação do Curso (interna)	94
7.2. Avaliação dos Cursos (externa) e Institucional	94
7.3. Ações acadêmico administrativas decorrentes dos resultados de avaliação	95
7.4. Devolutivas de Avaliação	95
8. ACESSIBILIDADE NO ITESP	96
8.1. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida	96
8.2. Dispositivos legais e normativos:	97
Anexos	101

1. A Instituição

1.1. Identificação

1.1.1. Mantenedora

Mantenedora: Associação São Paulo de Estudos Superiores (ASPES)

CNPJ: 04.228.223/0001-61

Endereço: Rua Dr. Mário Vicente, 1108 – Ipiranga – 04270-001 – São Paulo/SP

Registro: n.º 307788 no 1o. Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Natureza: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

1.1.2. IES Mantida

Mantida: INSTITUTO SÃO PAULO DE ESTUDOS SUPERIORES - ITESP

Código e-MEC nº 10385

Telefone: (11) 29146036

e-mail: paulocarrara@itespteologia.com.br

site: itespteologia.com.br

Endereço: Unidade SEDE - Rua Doutor Mário Vicente, 1108 Vila Dom Pedro I. São Paulo - SP.
CEP:04270-001

1.1.3. Dirigentes Principais

Mantenedora: Associação São Paulo de Estudos Superiores (ASPES)

Presidente: Prof. Me Pe. Alexandre de Nardi Biolchi

Vice-Presidente: Prof. Dr. P. Marlos Aurélio da Silva

Diretor-Tesoureiro: Prof. P. José de Vilas Boas

Secretário: Prof. Dr. P. Rodrigo José Arnoso dos Santos

Convênio Pontifício

Pontifício Ateneu Santo Anselmo

Grão Chanceler: Rmo. P. Gregory Polan, OSB.

Pró-Reitor Magnífico: R.P. Bernhard A. Eckerstorfer OSB

Decano da Teologia: R.P. Fernando Rivas OSB

Delegado dos Institutos Filiados: R. P. López-Tello García, Eduardo, OSB.

Reitoria e Direção - Instituto São Paulo de Estudos Superiores

Reitor: Prof. Me. P. Alexandre de Nardi Biolchi

Diretor: Prof. Dr. P. Paulo Sérgio Carrara

Vice-Diretor: Prof. Dr. P. Alejandro Cifuentes Flores

Diretor Administrativo: Prof. Dr. P. Antônio César Seganfredo

Secretário Geral: Prof. Dr. P. Rodrigo José Arnoso Santos

Colegiado Superior - Professores Associados

Eduardo Pizzutti (Cs)

Edvaldo Manoel Araújo (CSsR)

Mauro Vilela da Silva (CSsR)

Paolo Parise (Cs)

Diretoria Executiva:

Diretor: Prof. Dr. P. Paulo Sérgio Carrara

Vice-Diretor: Prof. Dr. P. Alejandro Cifuentes Flores

Diretor Financeiro: Prof. Dr. P. Antônio César Seganfredo

Secretário Geral: Prof. Dr. P. Rodrigo José Arnoso Santos

Coordenação dos Cursos de Graduação:

Bacharelado Pontifício: Prof. Dr. P. Paulo Sérgio Carrara

Bacharelado Civil: Prof. Dr. P. Paulo Sérgio Carrara

Coordenação de Pós-graduação e extensão universitária:

Coordenação: Prof. Dr. P. Alejandro Cifuentes Flores

Vice Coordenador: Prof. Dr. Wellington da Silva de Barros

1.2. Breve histórico

O Instituto Teológico São Paulo surgiu da necessidade, sentida por diversas Congregações religiosas, em dar uma formação teológica aos seus membros que estivesse em sintonia com o espírito renovador do Concílio. Nesse sentido, tornava-se indispensável unir as forças dos diversos institutos religiosos para obter o objetivo pretendido. Em meados de 1971, foram feitos contatos entre os responsáveis pela formação teológica de diversas Congregações buscando tornar viável o projeto. Desses esforços resultou um primeiro acordo entre a Congregação dos Missionários de São Carlos, a Congregação do Santíssimo Redentor e a Congregação do Verbo Divino, pelo qual se fundava o Instituto Teológico São Paulo (ITESP) com o objetivo principal de dar aos candidatos ao sacerdócio uma formação teológica conjunta. Esse propósito implicava no esforço de adaptar os diversos currículos, pois cada Seminário Maior, apesar de seguirem as orientações eclesiais, davam uma organização própria as diversas disciplinas teológicas. O primeiro acordo celebrado e firmado pelos superiores maiores das referidas Congregações, possibilitou o início das atividades em fevereiro de 1972, consolidando-se assim uma parceria que se mostrou frutífera. Em 1981 o curso obteve o reconhecimento pontifício com a filiação do Instituto ao Pontifício Ateneu Santo Anselmo de Roma, o que possibilita aos estudantes que frequentam o curso no ITESP ter o título de bacharel em Teologia.

Em 2000, as Congregações mantenedoras do ITESP constituíram-se numa entidade civil, Associação São Paulo de Estudos Superiores, que mantém o Instituto São Paulo de Estudos Superiores e o Instituto Teológico São Paulo. O ITESP foi credenciado como Entidade Educativa pela Portaria nº 1.542 Do Ministério da Educação em 10/12/2008. Em janeiro de 2022, a Congregação do Verbo Divino deixa de ser parte das mantenedoras, permanecendo só a Congregação dos Missionários de São Carlos e a Congregação do Santíssimo Redentor.

O Instituto Teológico São Paulo é um centro acadêmico da Associação São Paulo de Estudos Superiores, para o ensino, formação e pesquisa no âmbito da teologia em conformidade com as exigências da Santa Sé e do Ministério da Educação do Brasil. A Associação São Paulo de Estudos Superiores é formada pela convergência de atividades acadêmicas da Congregação do Santíssimo Redentor (Província de São Paulo), da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos (Província de São Paulo). Como Congregações Associadas, isto é, Conselho da Associação São Paulo de Estudos Superiores, elas são as responsáveis pela formação teológica e pastoral que é realizada pelo ITESP.

O regime e o funcionamento do Instituto Teológico São Paulo conformam-se às Normas Canônicas compatíveis e com a Legislação Brasileira no que diz respeito ao seu reconhecimento civil. As Normativas do Instituto Teológico São Paulo expressam o propósito de oferecer um curso teológico que responda às exigências acadêmicas para os estudos da formação presbiteral e laical em sintonia com as diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e com propostas plurais do atual contexto cultural e da sociedade brasileira.

A vida acadêmica do Instituto Teológico São Paulo consiste em nível, ou seja, o bacharelado em teologia, que dura 4 (quatro) anos, sendo o primeiro ano Propedêutico. As Disciplinas e a Metodologia presentes no primeiro ano de estudos teológicos são de natureza eminentemente introdutória, pelo que é considerado um *Ano Propedêutico*. Os três anos seguintes seguem as disciplinas teológicas propostas pelo Instituto, em conformidade com as exigências da Santa Sé e do Ministério da Educação do Brasil. Os fins do Instituto Teológico São Paulo, enquanto Instituto de Teologia são, em linhas gerais, oferecer uma formação teológica de alta qualidade aos estudantes do Brasil e outros países, que busquem o bacharelado em Teologia Cristã.

1.4. A região de inserção

O Instituto São Paulo de Estudos Superiores encontra-se situado no histórico bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, um local de grande importância cultural e social. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos últimos 10 anos, o bairro tem sido marcado por seu contínuo crescimento populacional e diversidade socioeconômica, refletindo uma comunidade dinâmica e plural. É bairro que carrega parte da história brasileira em termos de emancipação política, pois “o principal fato histórico ocorrido no bairro do Ipiranga é a Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, por Dom Pedro I, às margens do Ribeirão Ipiranga - fato este citado na primeira estrofe do Hino Nacional brasileiro e que leva o nome da região a toda a nação.” As informações demográficas

do Bairro se apresentam da seguinte forma: (Fonte: Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras | Secretaria Municipal de Subprefeituras | Prefeitura da Cidade de São Paulo) O fato de estar localizado entre a região central e a saída para o Porto de Santos, através do Caminho do Mar, favoreceu o desenvolvimento industrial do Ipiranga. As principais indústrias começam a se instalar ao longo das vias férreas. Na direção sudeste da cidade estabelecem-se pelo Brás, Pari, Mooca, Ipiranga, São Caetano do Sul e Santo André, acompanhando a Santos-Jundiaí (Estrada de Ferro São Paulo Railway). A estrada de ferro foi construída aproveitando os fundos de vale, onde os custos de terreno eram mais baixos, e concluídos em 1867. Posteriormente a região foi favorecida com a construção da pista ascendente da Via Anchieta, que foi inaugurada oficialmente em 22 de abril de 1947. Em 1953 é inaugurada a segunda pista da Anchieta contribuindo para o crescimento do bairro, uma vez que muitas empresas se instalaram na região devido a facilidade que tinham para escoar sua produção para o Porto de Santos. A proximidade com importantes vias de acesso e a presença de ampla oferta de serviços públicos e privados, tais como escolas, hospitais e comércios, tornam o Ipiranga uma região atrativa para moradores e estudantes. Em termos geográficos, o bairro Ipiranga está localizado entre as regiões Leste e Sul da capital. Além do mais, permite fácil acesso ao Grande ABC, que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Em termos de mobilidade, o bairro é servido pelas estações de metrô Santos-Imigrantes, Chácara Klabin, Alto do Ipiranga e Sacomã, todas da linha Verde, o que facilita o acesso do bairro principalmente para as regiões da Avenida Paulista e da Vila Madalena. No tocante a opções culturais, o Bairro Ipiranga, além de abrigar o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, um dos principais da cidade, conta com outras atrações culturais de peso – do acervo científico do Museu de Zoologia da USP (Av. Nazaré, 481), às peças da Companhia de Teatro Heliópolis. O Sesc Ipiranga (R. Bom Pastor, 822, tel.3340-2000) também conta com uma intensa programação de teatro, shows, filmes e exposições. Ainda na esteira cultural, o Parque da Independência com um jardim inspirado no do Palácio de Versalhes, na França, é um dos mais belos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da cidade. Em uma área de 184.830 m², o ambiente reúne o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, a Casa do Grito e o Monumento à Independência –além do célebre Córrego do Ipiranga e de um espelho d'água. O parque, patrimônio cultural e histórico, também é usado para práticas esportivas, shows e outros eventos. Outro ponto que marca as opções culturais do Bairro, está o Aquário de São Paulo, responsável por mais de 300 espécies de animais, distribuídos em aproximadamente 30 tanques de água.

Por estar situado no bairro do Ipiranga, o ITESP tanto colabora no que lhe é pertinente e possível, com a sociedade da megalópole, quanto se aproveita das eventuais vantagens da grande cidade (museus, bibliotecas, congressos etc.).

Dada à natureza da Teologia e a procedência dos estudantes, o ITESP não pode deixar de ter em mente que a sua região de influência é bem mais ampla que o simples espaço territorial físico da cidade de São Paulo. O espaço territorial de quase 40 cidades situado num raio de 100 quilômetros em torno da Praça da Sé, habitado por quase 20 milhões de pessoas

é o espaço ampliado do ITESP. É, pois, direta ou indiretamente, com e sobre este campo urbano vasto e complexo que o ITESP pode agir e colaborar, diretamente.

Muitos dos estudantes vêm de fora – de outros Estados e mesmo de outros países – e ao final de seus estudos voltam para os seus locais de origem ou são destinados a diversos lugares pelo mundo afora. Por isso, a formação teológica busca ter em mente este horizonte de destinos.

Entretanto, dado ao fato de que a formação em Teologia estar fortemente irmanada com a prática (pastoral) - e em outros termos, com a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula - o ITESP, com isto, colabora com as comunidades aonde os estudantes vivem. Estes lugares no mais das vezes, não estão no bairro da localização da IES, e nem mesmo na cidade. O mesmo ocorre com as atividades do Corpo Docente quando desenvolvem as ações de extensão ou de formação. Deste modo, apesar de a região de inserção do ISPEs ser bem mais ampla que o simples espaço físico do bairro, ele ao mesmo tempo colabora e se insere na vida da sociedade em que ele está presente através da presença dos membros de sua comunidade acadêmica.

1.5. A identidade corporativa - Missão, Visão, Valores.

Missão

“Proporcionar condições para que pessoas se habilitem no exercício profissional e pastoral pleno e universal, respeitando o ser humano e a legislação vigente e executando exemplarmente o papel metodológico e pedagógico de orientar as pessoas, pesquisar e transferir para o corpo docente e discente uma visão plena do homem e do mundo.”

Visão

“Ser reconhecida como instituição comprometida com a excelência na educação superior teológica e socialmente responsável”.

Valores Institucionais

- **Igualdade:** de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direito entre eles;
- **Liberdade:** de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento;
- **Orientação** fundamentada nos princípios cristãos;
- **Pluralidade:** expressão de igualdade e diferença entre pessoas iguais porque humanas e diferentes porque singulares;
- **Solidariedade:** adesão à causa do outro, funda no respeito mútuo e na interlocução entre os sujeitos da sociedade;
- **Justiça:** orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças.

1.6. Objetivos institucionais

1.6.1. Objetivos gerais

- I. Promover educação integral, através do ensino e da extensão, estimulando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, favorecendo a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica;
- II. Fomentar a cultura e a socialização do conhecimento através da promoção de eventos técnico-científicos, de publicações em revistas científicas, da participação em congressos, seminários e outros, abertos a participação da população;
- III. Estimular a formação profissional continuada dos docentes, discentes e egressos;
- IV. Construir conhecimento de formação geral e humanística;
- V. Proporcionar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Teologia, as orientações da Igreja Católica e as necessidades nacionais, a formação superior de Teólogos para atuarem em conformidade com a teologia cristã nos diversos espaços da sociedade;
- VI. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo cristão;
- VII. Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes;
- VIII. Incentivar o diálogo interdisciplinar, a reflexão crítica sobre problemas humanos, a investigação da verdade;
- IX. Promover a divulgação de cultura cristã, comunicando o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- X. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- XI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- XII. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- XIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e estudos desenvolvidos no ITESP;
- XIV. Cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, na realização de pesquisas, na elaboração de projetos e na prestação de serviços, assegurando-lhes, segundo as suas possibilidades, assistência técnica;
- XV. Proporcionar ao Corpo Docente oportunidades de participação em programas de desenvolvimento comunitário e regional, favorecendo lhes meios para

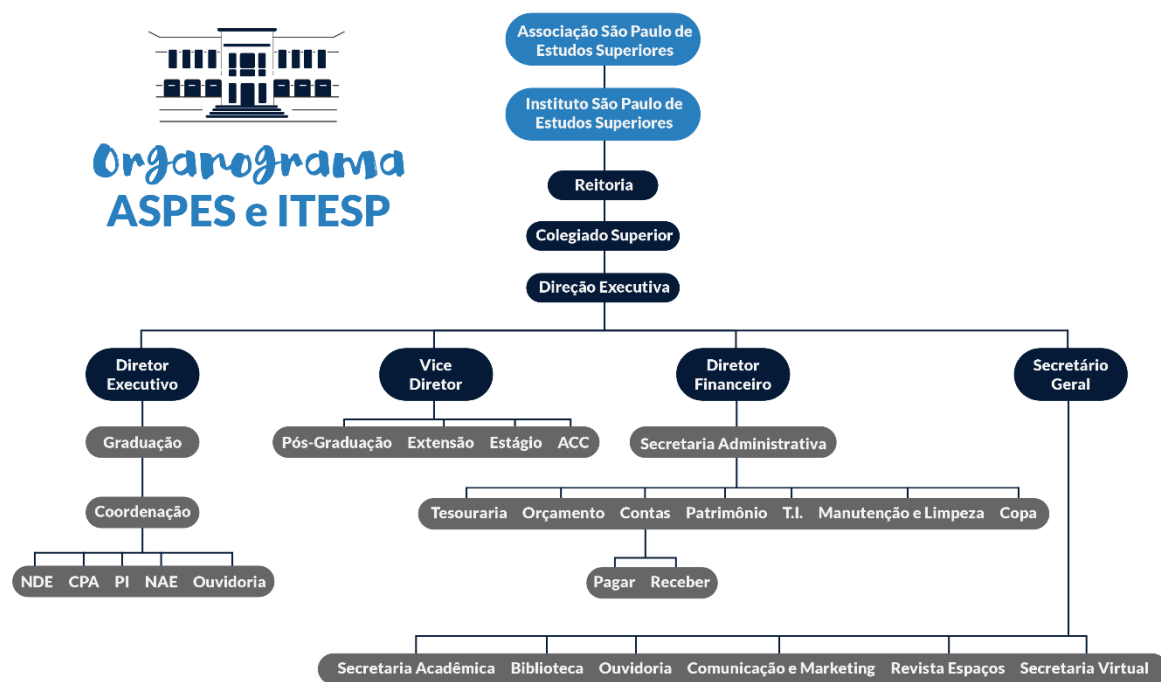
realização de atividades culturais, artísticas e desportivas, dentro de suas disponibilidades financeiras;

- XVI. Manter intercâmbio de informações e de pessoal com Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- XVII. Promover contínua e sistemática avaliação de seu desempenho institucional e de sua relevância social na comunidade em que está inserida, assegurando as condições necessárias para a concretização de seu Projeto Pedagógico e do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- XVIII. Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem-estar do ser humano.

1.6.2. Objetivos específicos

- I. Promover o debate cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo na área da teologia cristã, em diálogo com outras tradições religiosas presentes no Brasil e no mundo (diálogo inter-religioso);
- II. Formar diplomados em teologia cristã, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, na qual colaboram eficazmente na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica no campo da teologia e disciplinas afins, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos no campo da teologia cristã que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização do conteúdo assimilado no curso, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, à luz da teologia, em particular os nacionais e regionais;
- VII. Prestar serviços especializados à comunidade como liderança religiosa cristã e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, em vista do bem comum;
- VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica na área da teologia cristã geradas na instituição.

1.7. Organograma institucional



2. O CURSO

2.1. Informações gerais

a) **Nome do Curso/Habilitação:** Teologia

b) **Endereço do Curso:** Rua Dr. Mário Vicente, 1108 – Ipiranga - 04270-001 - São Paulo/SP

c) **Ato de Renovação de Reconhecimento:** Portaria MEC 387 (13/08/2024), DOU n. 156 de 14/08/2024, Seção I, p. 63.

d) **Modalidade do Curso:** Bacharelado

e) **Número de vagas anuais autorizadas:** 80

f) **Turno (s) de Funcionamento:** diurno

g) **Dimensão das Turmas Teóricas:** 40 alunos

h) **Regime de Matrícula:** semestral

i) **Tempo Mínimo de Integralização:** 8 (oito) semestres

j) **Tempo Máximo de Integralização:** 12 semestres

k) **Carga horária do curso:** 3.420 h

l) **Coordenador do curso:** Paulo Sérgio Carrara

m) **e-mail do coordenador:** paulocarrara@itespteologia.com.br

n) **Curriculum Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9306449166178538>

o) **Perfil do Coordenador:**

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Pós-doutorado em Teologia - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, 2021

Doutorado em Teologia - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, 2010

Mestrado em Teologia Espiritual - Pontifícia Faculdade Teológica Teresianum de Roma, 2003

Bacharelado em Filosofia - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 1990

Bacharelado em Teologia - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, 1996

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR (12 anos)

2021 - Atual. Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP), São Paulo. Professor de Teologia

2012 - 2020. Instituto Santo Tomás de Aquino, ISTA, Brasil. Belo Horizonte - MG. Disciplinas: Antropologia Teológica; Teologia Fundamental; Teologia Espiritual; Temas de espiritualidade (pós-graduação).

2012 - 2020. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE). Belo Horizonte - MG. Disciplinas: Teologia Espiritual, Ética da Sexualidade.

2006 - 2020. Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário, SDNSR, Brasil. Caratinga - MG. Disciplinas: Teologia Espiritual, Direção Espiritual, Mística Cristã e Espiritualidade Sacerdotal.

GESTÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (4 anos)

2021 - Atual. Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). São Paulo. Diretor e Coordenador do Curso de Teologia

EXPERIÊNCIA NÃO ACADÊMICA (13 anos)

2012 - Atual. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE). Belo Horizonte. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “As interfaces da antropologia na teologia” Academia Alfonsiana de Roma. Membro do Conselho de Consulta (Board of Trustees)

p) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Nome do Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo do NDE
Wellington da Silva de Barros	Doutor	Parcial	4
Antônio César Segnanfredo	Doutor	Integral	16
Bruno Alves Coelho	Mestre	Integral	4
Carlo Alberto do Carmo Barbosa	Mestre	Integral	4
Paulo Sérgio Carrara	Doutor	Integral	16
Rodrigo José Arnoso Santos	Doutor	Integral	16

q) Composição, titulação do Corpo Docente e tempo de atuação no curso

Nome do Docente	Titulação	Tempo em meses no curso
Alejandro Cifuentes Flores	Doutor	138
Alzirinha Rocha de Souza	Pós-Doutora	96
Antônio Carlos Frizzo	Doutor	132
Antônio César Segnanfredo	Doutor	112
Antônio Sagrado Bogaz	Pós-Doutor	396
Bruno Alves Coelho	Mestre	12
Carlos Alberto do Carmo Barbosa	Mestre	36

Dilermando Ramos Vieira	Doutor	90
Dorivaldo Pires de Camargo	Mestre	468
Edevilson de Godoy	Doutor	126
Edvaldo Manoel de Araújo	Doutor	48
Eliana Massih	Doutora	264
Helena Corazza	Doutor	108
Jacques Kwangala Mboma	Mestre	8
Krzysztof Mamala	Doutor	18
Luciano Jose Dias	Mestre	36
Marcelo Furlin	Pós-Doutor	24
Maria Antônia Marques	Doutora	276
Mauro Vilela da Silva	Mestre	72
Oscar Ruben López Maldonado	Mestre	72
Paolo Parise	Doutor	312
Paulo Sérgio Carrara	Pós-Doutor	48
Quézia Cavalcanti Alves da Silva	Especialista	72
Rodrigo José Arnoso Santos	Doutor	126
Rogério Ramos	Doutor	24
Sergio Alejandro Ribaric	Doutor	90
Shigeyuki Nakanose	Doutor	390
Thales Martins dos Santos	Mestre	8
Wagner Lopes Sanchez	Doutor	162

Wellington da Silva de Barros	Doutor	144
-------------------------------	--------	-----

Total de Docentes = 31

2.2. Organização Acadêmica e Administrativa do curso – fundamentação legal

O Curso de Teologia busca, em sua organização acadêmica - administrativa cumprir a concepção de educação superior com o princípio da indissociabilidade entre ensino, atividades investigativas e extensão, disposto no artigo 207 da Constituição Brasileira, de 1988, e tem como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais nos termos da Resolução CNE/CES nº 04, de 16 de setembro de 2016 e demais legislações pertinentes:

- I. Projeto Político Institucional do ITESP;
- II. Plano de Desenvolvimento Institucional do ITESP;
- III. Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm;
- IV. **Decreto nº 12.456/2025** disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>
- V. **Portaria MEC nº 378/2025** disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-378-de-19-de-maio-de-2025-630395302>
- VI. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (LIBRAS) disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm;
- VII. Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007 (carga horária mínima e tempo de integralização) disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf
- VIII. Resolução CNE/CES Nº 3, de 2 de julho de 2007 (conceito de hora-aula) disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf
- IX. Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>
- X. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução CP/CNE Nº 2/2012 (Políticas de Educação Ambiental) disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=491>

- XI. Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf
- XII. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm;
- XIII. Resolução CONAES Nº 1 de 17 de junho de 2010 (NDE) disponível em http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf ; e,
- XIV. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018 (Extensão). Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

2.2.1. Administração Acadêmica: Coordenação de Curso

A Coordenadoria de Curso de Graduação é a unidade básica para os efeitos de organização administrativa e didático-científica do curso de Teologia do ITESP. A ela compete em linhas gerais a administração, o acompanhamento e o gerenciamento das atividades do curso com especial atenção no cumprimento da carga horária e dos conteúdos das disciplinas e atividades, bem como o desempenho docente e discente.

Para suas atividades administrativas, a Coordenação do Curso conta com uma sala equipada com mesas, armários, computador, impressora e telefone.

A natureza da gestão do colegiado é acadêmico-administrativa, cabendo ao Conselho de Curso, a condução do curso, o que envolverá o planejamento, o acompanhamento da execução e a avaliação das atividades previstas no Projeto Pedagógico.

Todos os setores de apoio pautam suas atividades no cumprimento do PPC do curso. Suas atividades estão voltadas tanto para o apoio aos docentes quanto aos discentes.

2.2.1.1. Atuação do Coordenador

São atribuições do Coordenador de Curso (**Art. 31 do Regimento Geral**):

I. Na sua função política:

- a) Exercer a liderança na área de conhecimento do curso;
- b) Representar o curso nos órgãos do ITESP e na comunidade de inserção da instituição;
- c) Promover de forma constante o desenvolvimento e o conhecimento do curso no âmbito da instituição e na sociedade;
- d) Promover o marketing do curso, divulgando seus diferenciais competitivos e estimulando a demanda pelo curso;
- e) Acolher o estudante e orientá-lo nas habilidades e competências definidas nas diretrizes curriculares mostrando a identificação entre a proposta curricular e o perfil do egresso a ser constituído > **Plano de Acolhida ao Estudante**

II. Na sua função gerencial

- a) Cumprir e fazer cumprir no âmbito do curso toda a legislação educacional do ensino superior emanada pelos órgãos federais competentes;
- b) Cumprir e fazer cumprir no âmbito do curso toda a legislação educacional emanadas do Instituto com especial atenção para o atendimento à Missão Institucional, Políticas institucionais, Metas e Ações institucionais estabelecidas no PDI e Regimento Geral;
- c) Cumprir e fazer cumprir no âmbito do curso as resoluções específicas emanadas pelo Colegiado de Curso;
- d) Estar atento em relação às condições ambientais e técnicas de funcionamento do curso;
- e) Estar atento às condições de acessibilidade arquitetônica e metodológica necessárias ao desenvolvimento do curso;
- f) Estar atento ao desempenho e à participação dos discentes cuidando de observar a frequência às atividades acadêmicas, utilização do acervo da biblioteca, participação em eventos promovidos pelo curso;
- g) Participar do processo de seleção de docentes, adaptação ao Projeto Pedagógico do curso e avaliação de desempenho nas atividades estabelecidas;
- h) Acompanhar junto ao setor financeiro o cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

III. Na sua função acadêmica:

- a) Responsabilizar-se junto com o NDE pela execução do Projeto Pedagógico do curso e pela sua constante atualização; **> Plano de Ação do NDE**
- b) Responsabilizar-se pela divulgação entre o corpo docente e discente do Projeto Pedagógico do curso evidenciando sua relação com a Missão Institucional, com as Políticas Institucionais do ITESP, com as diretrizes específicas do curso e com os documentos de referência do ensino superior emitidos pelo CNE, MEC, INEP, CONAES;
- c) Analisar e avaliar, junto com o NDE, os Planos de Ensino e Aprendizagem, propondo aos professores modificações, quando julgar necessárias;
- d) Assessorar o corpo docente na escolha e utilização de procedimentos e recursos didáticos adequados aos objetivos curriculares;
- e) Orientar os professores na escolha, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação do desempenho acadêmico;
- f) Fazer análise crítica dos resultados das avaliações internas e externas de curso, propondo estratégias de intervenção pedagógica, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- g) Cuidar do desenvolvimento das atividades complementares e estimular atividades interdisciplinares e trabalhos integradores;
- h) Orientar a implementação de metodologias ativas de aprendizagem;
- i) Supervisionar as atividades de estágio supervisionado;

- j) Dar parecer em processo de transferência, de dispensa de disciplina, ouvindo, se necessário, o corpo docente;
- k) Orientar os acadêmicos transferidos e em regime de adaptação;
- l) Convocar e presidir reuniões com o corpo docente;
- m) Conhecer de recurso de acadêmico contra ato de professor, assim como de outros recursos que lhe sejam concernentes;
- n) Atuar como mediador nos casos de conflitos e dificuldades entre professor e acadêmicos;
- o) Incentivar a produção de trabalhos didáticos, técnicos e científicos dos corpos docente e discente do curso;
- p) Apresentar relatório semestral, circunstanciado e crítico, das atividades do curso à Diretoria Acadêmica;
- q) Participar da elaboração do Planejamento Estratégico e monitorar objetivos, metas e indicadores vinculados aos processos sob sua responsabilidade;
- r) Coordenar as ações de avaliação interna e externa do curso e presidir as reuniões de devolutivas dos resultados de avaliação;

IV. Na sua função Institucional

- a) Responsabilizar-se pela qualidade do curso orientando docentes e estudantes nas ações relativas ao exame nacional de desempenho dos estudantes (ENADE) e outras avaliações externas
- b) Organizar, junto com o NDE, a análise dos resultados das avaliações internas e externas, promover a socialização dos resultados e estruturar as ações de melhoria;
- c) Acompanhar os alunos egressos do curso. O sucesso ou fracasso dos ex-alunos não pode medir de forma exata a qualidade do curso, porém, é possível observar e fazer um acompanhamento das habilidades e competências alcançadas pelos alunos.
- d) Ser responsável, pelo menos em parte, pela empregabilidade dos alunos, o que começa justamente na procura por boas parcerias para estágios, que resultariam em empregos para os egressos.
- e) Buscar fontes alternativas de recursos, além da mensalidade dos alunos, para aumentar a receita do curso e da instituição (prestação de serviços, palestras, cursos);
- f) Buscar reconhecimento do curso pela renovação periódica do processo e arejamento por meio das diretrizes e do ciclo avaliativo do Mec, e também das exigências específicas em relação à teologia;

2.2.1.2. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

O coordenador de curso é membro do:

- I. Conselho Superior Administrativo - órgão deliberativo superior do ITESP;
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

- III. Preside o Conselho do Curso;
- IV. Preside o NDE do Curso de Teologia.

2.2.2. Administração Acadêmica: Conselho de Curso e NDE

2.2.2.1. Composição, Funcionamento e Competências do Conselho de Curso

Art. 15 e 16 do Regimento Geral

“Art. 15. Conselho de Curso é órgão de administração acadêmica do ITESP, abrangendo representantes de docentes em regular exercício no curso, além de representante tutorial (quando couber) associado ao curso e representante discente indicado pelos estudantes do referido curso.

§ 1º. Cada Conselho será integrado pelo coordenador do curso, docentes representantes de componentes curriculares do curso, um representante do corpo tutorial (quando couber) e um representante discente.

§ 2º. Os representantes dos componentes curriculares, no Conselho de Curso, serão designados pelo Coordenador do Curso.

§ 3º. O representante do corpo tutorial (quando couber) será indicado pelo Coordenador do Curso para um mandato de um ano admitida uma recondução;

§ 4º. O mandato do representante discente será de um ano admitida uma recondução;

§ 5º. O Conselho de cada curso será presidido pelo respectivo Coordenador, que possuirá voto de desempate.

§ 6º. Participará de até dois Conselhos de Curso o professor que integre esses quadros em caráter permanente, não sendo seu nome considerado no cômputo do quadro do Conselho, para efeito de *quórum*, se houver, simultaneamente, reunião dos dois Conselhos de Curso, na medida em que cabe ao docente a opção de estar presente em um deles.

§ 7º. Todos os docentes, inclusive os admitidos em caráter emergencial ou para substituições eventuais, terão direito a voz nas reuniões dos Conselhos de Curso.

§ 8º. O Conselho de Curso reunir-se-á com metade mais um de seus membros e deliberará com a maioria simples dos presentes.

§ 9º. Não havendo *quórum* para a realização de reuniões ordinárias, poderá o Coordenador convocá-las em caráter extraordinário com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 10. O Conselho de Curso reunir-se-á ordinariamente a cada semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador, sendo, no entanto, consideradas reuniões especiais obrigatórias aquelas realizadas antes do início de cada período letivo para efeito de deliberações em caráter acadêmico, inclusive aprovação e socialização do Relatório de Adequação de Acervo, de Planos de Ensino e Aprendizagem, Planos de Cursos, Atividades Práticas Supervisionadas e Projeto Integrador de Extensão, a serem distribuídos aos estudantes, e no final do período letivo para efeito de avaliação do curso, do desempenho acadêmico dos docentes, tutores (quando couber) e discentes, tendo em vista a programação do próximo período acadêmico, assegurando padrão de qualidade.

§ 11. Das decisões do Conselho de Curso cabe recurso para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desde que observado o prazo de três dias úteis, excluindo-se o da ciência e incluindo o dia do fim.

§ 12. O recurso de que trata o parágrafo precedente deverá ser interposto mediante processo próprio, formulado pelo interessado, que obterá número no protocolo geral do ITESP

Art.16. Compete ao Conselho de Curso:

- I. Planejar e acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso, propondo para cada semestre letivo, a realização e a integração das atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, segundo o interesse do curso e as possibilidades de intervenção na realidade socioeconômica e educacional da região de inserção;
- II. Analisar os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas, a estruturação e funcionamento do Estágio, do Trabalho de Conclusão de Curso (quando couber) e das Atividades Complementares conforme definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- III. Analisar, ouvido o Núcleo Docente Estruturante, propostas de atualização dos componentes curriculares, do acervo, da estrutura curricular e modificação/atualização de conteúdos programáticos das disciplinas;
- IV. Discutir e aprovar, para o período subsequente, na reunião de planejamento que se dá ao final de cada semestre letivo, a articulação dos Planos de Ensino e Aprendizagem com a proposta pedagógica do curso;
- V. Acompanhar a execução dos Planos de Ensino e Aprendizagem aprovados;
- VI. Propor critérios para a regulamentação da verificação do rendimento escolar, aproveitamento de estudo, dependência, Projeto Integrador e regime especial de aprendizagem, para decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VII. Emitir pareceres dentro de sua esfera de competência e prestar assessoramento de ordem didático-pedagógica, quando solicitado pelos órgãos competentes;
- VIII. Propor práticas de diversificação e flexibilização curricular, ouvido o Núcleo Docente Estruturante e estabelecer parâmetros para a consolidação da aprendizagem por todos os estudantes do curso, inclusive aqueles com deficiência fisiológica ou psicológica, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- IX. Analisar e aprovar, em primeira instância, alterações no projeto pedagógico do curso, propostas pelo Núcleo Docente Estruturante, quando couber, e emitir parecer para aprovação do Projeto Pedagógico do Curso no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- X. Apreciar, quando solicitado pelo Coordenador do Curso os requerimentos de natureza didático-pedagógica dos estudantes;

- XI. Orientar e acompanhar os resultados do desempenho acadêmico dos estudantes e seu aproveitamento nos componentes curriculares, com vistas à avaliação e à melhoria didática e pedagógica dos respectivos cursos;
- XII. Indicar à Supervisão Acadêmica Pedagógica a contratação, substituição e demissão de docentes e tutores (quando couber) no âmbito do curso;
- XIII. Promover a integração dos docentes e tutores que compõem o curso;
- XIV. Analisar o desempenho acadêmico dos docentes e tutores (quando couber);
- XV. Propor convênios no âmbito de sua atuação;
- XVI. Promover sistematicamente, ao final do período letivo, avaliações do curso, isolada ou em conjunto com os programas de avaliação institucional, traçando planos de ação com base nos resultados da avaliação; e
- XVII. Exercer outras funções na sua esfera de competência, de conformidade com este Regimento Geral.

2.2.2.2. Composição, Atribuições e Plano de Ação do NDE

2.2.2.2.1. Composição

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE é constituído por membros do corpo docente do curso, que exercem liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Composição: (RESOLUÇÃO CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010)

No atendimento à Resolução deverá o NDE:

- I. Ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do Curso;
- II. Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- III. Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

2.2.2.2.2. Atribuições

RESOLUÇÃO CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado

de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;

- IV. Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de graduação.

Atribuições Regimentais:

Competirá ainda ao NDE conforme **Art. 26 do Regimento Geral:**

- I. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso;
- II. Propor e realizar a atualização constante ou reformulação do Projeto Pedagógico do Curso para apreciação dos órgãos colegiados competentes;
- III. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas do curso, mantendo-o atualizado em relação às novas demandas do mercado de trabalho;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, do contexto regional, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VI. Divulgar amplamente na comunidade universitária a sua composição e agenda de atividades;
- VII. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pela instituição;
- VIII. Analisar os Planos de Ensino e Aprendizagem e os Planos de Curso dos componentes curriculares se manifestando quanto à atualização da ementa, pertinência dos objetivos de aprendizagem, atualização e adequação da bibliografia;
- IX. Auxiliar na elaboração e referendar o Plano de Gestão do Acervo do curso;
- X. Elaborar o Relatório de Adequação do Acervo do Curso;
- XI. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando o projeto pedagógico;
- XII. Participar de forma efetiva dos procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, orientando os discentes em relação ao processo formativo, promovendo sua autonomia;
- XIII. Propor estratégias e recursos de aprendizagem para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

Composição do NDE:

Além do Coordenador do Curso fazem parte do NDE os seguintes docentes:

1) Carlo Alberto do Carmo Barbosa

a) Formação Acadêmica:

Mestrado em Teologia Teologia em Mobilidade Humana - Scalabrini International Migration Institute, SIMI, Itália. Ano de Obtenção: 2015.

Título: VERSO UNA PASTORALE MIGRATORIA ATTENTA ALLA DIMENSIONE DI GENERE Il caso delle donne filippine a Roma

Orientador: Fabio Baggio. Coorientador: Gioacchino Campese.

Grande área: Ciências Humanas

Bacharelado em Teologia - Pontifícia Universidade Lateranense, PUL, Itália. 2012.

Licenciatura em Filosofia - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – 2007,

b) Experiência acadêmica no ensino superior (5 anos)

2021 – Atual. Instituto Teológico São Paulo, ITESP. Docente

2) Wellington da Silva de Barros

a) Formação Acadêmica:

Doutorado em Teologia Pastoral da Mobilidade Humana - Scalabrini International Migration Institute, SIMI, Itália. Ano de obtenção: 2020.

Título: Acolhida e religiões as religiões como possibilidade de adaptação de migrantes na sociedade de destino e o pluralismo religioso

Orientador: Paolo Parise.

Doutorado em Ciências da Religião - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Ano de obtenção: 2017.

Título: Mobilidade Humana e pluralismo religioso: A Missão Paz e o diálogo inter-religioso na acolhida de imigrantes e refugiados

Orientador: Dr. Wagner Lopes Sanchez.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Mestrado em História da Teologia - Pontificio Ateneo S. Anselmo, PASA, Vaticano. Ano de Obtenção: 2016.

Título: A Missão e o horizonte do pluralismo religioso: Do Concílio Vaticano II (1962-1965) à V Conferência de Aparecida (2007)

Orientador: Dr. Eduardo Lopes-Tello García.

Especialização em Cultura Judaica. (Carga Horária: 360h) - Centro Universitário Assunção, UNIFAI, Brasil. Ano de obtenção: 2019

Título: A Teologia da Graça como fundamento para o diálogo entre a Igreja Católica e as religiões. Orientador: Marivan Ramos.

Especialização em Ensino Religioso: Práticas Pedagógicas - Centro Universitário Assunção, UNIFAI, Brasil. Ano de obtenção: 2012

Título: O Reino de Deus diante do Pluralismo Religioso como proposta ao diálogo.

Bacharelado em Teologia. Instituto São Paulo de Estudos Superiores, ITESP, Brasil.

Ano de Obtenção: 2009

b) Experiência acadêmica no ensino superior (11 anos)

2013 – Atual. Instituto São Paulo de Estudos Superiores, ITESP. Disciplinas: Antropologia Teológica II (Graça); Metodologia do Trabalho Científico; Antropologia da Religião; Liderança pastoral; Liderança pastoral; Sociologia e Concepções de Deus; Metodologia Teológica; Metodologia da Pesquisa em Teologia.

Professor Celetista, Coordenador, Orientador de estágio e Secretário de Pós-Graduação e Extensão.

2018 – Atual. Escola de Teologia da Diocese de Santo André, ITESA. Professor visitante; Professor titular. Disciplinas: Metodologia Teológica e Introdução à Teologia

3) Antônio César Seganfredo

a) Formação Acadêmica:

Doutorado em Teologia Bíblica. Pontificia Università San Tommaso d'Aquino, PUST, Itália.

Título: EFESINI 2,19: La concittadinanza dei santi come alternativa alla politeia greca e alla civitas romana. Orientador: Dr. Paolo Garuti, OP. Coorientador: Dra. Jacintha Veigas, MdS.

Palavras-chave: Efésios 2,19; Metáfora; Cidadania Antiga; Cidadania Romana; Cidadania Grega.

Mestrado em Teologia Bíblica. Pontificia Università San Tommaso d'Aquino, PUST, Itália. Ano de Obtenção: 2006.

Título: Studio esegetico-teologico di Atti degli apostoli 10,1-11,18. Orientador: Dr. Luca de Santis, OP.

b) Experiência no ensino superior (16 anos)

2018 – Atual. Instituto Teológico São Paulo, ITESP, São Paulo – SP. Diretor Administrativo

2016 – Atual. Instituto Teológico São Paulo, ITESP, São Paulo – SP. Professor de Grego Bíblico; Literatura Sinótica; Literatura Paulina

2008 – 2012. Instituto Teológico São Paulo, ITESP, São Paulo – SP. Professor de Grego Bíblico; Literatura Sinótica (1ºsem 2012)

4) Rodrigo José Arnoso Santos

a) Formação Acadêmica:

Doutorado em Teologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Título: O silêncio como realidade litúrgico-sacramental: análise no horizonte da metafísica zubiriana, Ano de obtenção: 2023.

Orientador: Dr. Valeriano dos Santos Costa. Coorientador: Dr. Giovanni Meinhardt.

Mestrado em Sagrada Liturgia. Pontificio Istituto Liturgico, PIL, Itália.

Título: "A oração da fé salvará o enfermo, e o Senhor o levantará" Tg 5,15. Um estudo sobre a Teologia Litúrgica nas orações de bênção do óleo no "Ordo Unctionis Infirmorum eorumque pastoralis curae" promulgado por Paulo VI, Ano de Obtenção: 2014.

Orientador: Dr. Damásio R. Santos de Medeiros. Coorientador: Dr. Eduardo López Tello Garcia.

Bacharelado em Teologia. Instituto São Paulo de Estudos Superiores, ITESP, Brasil. Ano de obtenção: 2005

Título: Dominação e libertação: o papel da cruz na formação da identidade religiosa do povo brasileiro.

Orientador: Dr Gilberto Paiva.

Bacharelado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC Campinas, Ano de obtenção: 2000

Título: O homem como ser de diálogo em Martin Buber.

Orientador: Dra Vera Irma Furlan.

b) Experiência acadêmica no ensino superior (10 anos)

2021 – Atual. Instituto São Paulo de Estudos Superiores, ITESP, São Paulo, SP. Secretário Geral

2020 – Atual. Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL, São Paulo - SP. Professor Celetista. Disciplinas: Liturgia I, Liturgia II, Sacramentos da Cura, Sacramentos da Iniciação à Vida Cristã, Sacramentos do Serviço à Comunhão, Pós Graduação em Catequese e Pastoral Escolar: Introdução aos Sacramentos, Pós Graduação em Liturgia: Sacramentos de Cura, Sacramentos do Serviço da Comunhão

2022 – 2022. Faculdade Dehoniana, Taubaté – SP. Professor Visitante. Pós-Graduação em Mariologia: Maria na Liturgia e Piedade Popular

2014 – Atual. Instituto São Paulo de Estudos Superiores, ITESP, São Paulo, SP. Professor efetivo. Disciplinas: Unção dos Enfermos, Introdução à Teologia Sacramentária, Iniciação à Vida Cristã, Eucaristia.

2020 – Atual. Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL, São Paulo - SP. Professor Celetista. Disciplinas: Liturgia I, Liturgia II, Sacramentos da Cura, Sacramentos da Iniciação à Vida Cristã, Sacramentos do Serviço à Comunhão, Pós Graduação em Catequese e Pastoral Escolar: Introdução aos Sacramentos, Pós Graduação em Liturgia: Sacramentos de Cura, Sacramentos do Serviço da Comunhão

2.2.2.2.3. Plano de Ação

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR DE DESEMPENHO	CRONOGRAMA
Conhecer, compreender e materializar no Curso de Teologia as orientações contidas nos documentos institucionais do ITESP: PDI, Regimento	Integrantes do NDE com pleno conhecimento dos documentos institucionais, das DCNs de Teologia e do PPC sob sua orientação	1. Apresentar/discutir as atribuições do NDE à luz da Resolução CONAES 1/2010 e do Regimento da Instituição.	Domínio pelo NDE, do PDI e de outros documentos institucionais, dos princípios, objetivos, valores, missão e visão do ITESP.	Atualização constante com reunião específica de estudo uma vez ao ano
		2. Analisar o PDI e o Regimento do ITESP observando as políticas institucionais, a estrutura organizacional do ITESP com as atribuições dos órgãos e seu relacionamento direto com o funcionamento do curso de Teologia		
Analisar e implementar as DCNs do Curso de Teologia - RESOLUÇÃO Nº 4, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016		Análise da DCN de Teologia e sua aplicação no curso de Teologia	Compreensão das DCNs que orientam a organização do PPC do Curso de Teologia do ITESP.	Atualização constante do PPC com reestudo a cada proposta de alteração do CNE
Analisar e atualizar o PPC do Curso de Teologia Cumprir com as obrigações previstas para o NDE na Resolução CONAES 1/2010 e no Regimento Geral do ITESP	Os integrantes do NDE deverão ter a capacidade de agir como coordenadores de curso compreendendo todo o processo de construção, atualização e gestão do curso sob sua orientação	1. Análise e discussão do PPC, em seus objetivos, perfil do egresso, estrutura curricular, Disciplinas, Estágio Supervisionado, TCC, Atividades Complementares, Projeto Integrador de Extensão e outros elementos que constituem este documento.	Capacidade de atuar com total domínio do PPC de Teologia, ajudando a coordenação do curso no processo de gestão e relacionamento com docentes e estudantes	Atualização constante com reunião específica de estudo uma vez ao ano
		2. Análise dos Planos de Ensino e Aprendizagem com observação dos Objetivos de Aprendizagem, Habilidades e Competências, Conteúdo, Bibliografia Básica e Complementar, Leituras Complementares	Capacidade de orientar docentes e estudantes na operacionalização dos Planos de Ensino e Aprendizagem e Plano de Curso mantendo o foco nos objetivos do curso e perfil do egresso, conforme habilidades e competências específicas da profissão.	Duas vezes ao ano e pelo menos 30 dias antes do início do período letivo
		3. Elaboração do relatório de Adequação de Acervo observando a coerência entre a ementa das disciplinas, a bibliografia básica e complementar, a quantidade de títulos existentes no acervo ou o acesso a Biblioteca Digital, a quantidade de estudantes que deverão utilizar a bibliografia no semestre e a atualização da obra	Planos de Ensino e Aprendizagem com Bibliografia constantemente atualizada e disponibilizada aos estudantes e Relatórios de Adequação de Acervo ajustados uma vez ao ano quanto à adequação da obra às respectivas Unidades Curriculares	Uma vez ao ano e logo após o lançamento pelas editoras das novas obras tomando especial cuidado com alterações na legislação
		4. Análise dos resultados das avaliações de Ensino e Aprendizagem e Institucional com participação efetiva nas Devolutivas de Avaliação	Integrantes do NDE com participação efetiva na melhoria da Aprendizagem	1) A cada rodada de avaliação de aprendizagem produzida pelos docentes 2) Após a Avaliação Institucional conduzida pela CPA 3) Após receber os relatórios das Comissões de Avaliação do MEC/INEP 4) Após os resultados do ENADE.

2.3. Concepção Metodológica da proposta pedagógica

Da ciência teológica decorrem princípios que expressam sua natureza epistemológica, suas opções metodológicas e suas finalidades. A explicitação destes princípios afirma, concomitantemente, a singularidade desta área de saber, enquanto uma objetividade historicamente construída, bem como a pluralidade de suas abordagens e sistemas decorrentes de sua dialética permanente com as múltiplas realidades históricas. O ITESP, enquanto comunidade de reflexão teológica compreende, portanto, a prática teológica como: Reflexão, aprofundamento e divulgação de uma ciência localizada numa comunidade de fé e marcada pelo compromisso em seu aprofundamento acadêmico;

Uma elaboração fundamentada nas fontes escriturísticas, e no consenso eclesial da tradição e magistério, regrada por uma metodologia que garanta a pluralidade de paradigmas e métodos teológicos; e inserida na realidade concreta do Povo de Deus;

Processo de sistematização includente, progressivo e permanente, e que integre a ação e a reflexão da fé, articule criativamente a pertinência das fontes e a relevância do presente emergente e vitalize a relação entre realidade da igreja e do mundo e a utopia do Reino de Deus;

Busca de aprofundamento crítico da fé, de sensibilização às solicitações do povo e compromisso com o serviço pastoral.

Considerando estes princípios filosóficos balizadores o Projeto Pedagógico do Curso de Teologia deve instituir, na prática educativa, analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real. Em síntese, a intervenção reflexiva sobre a prática representa novo processo de trabalho que demanda um profissional que, além das capacidades cognitivas incorporadas de formação tradicional, seja capaz, também, de construir seu próprio conhecimento, praticar ações efetivamente transformadoras da realidade e conviver de maneira harmoniosa e construtiva com os outros saberes e com a diversidade.

Sob esta ótica, o projeto político-pedagógico precisa apresentar algumas características fundamentais:

- a) Estar voltado para a inclusão a fim de atender a diversidade de estudantes, sejam quais forem sua procedência social, necessidades e expectativas educacionais;
- b) Por ser coletivo e integrador, o projeto, quando elaborado, executado e avaliado, requererá o desenvolvimento de um clima de confiança que favoreça o diálogo, a cooperação, a negociação e o direito das pessoas de intervirem na tomada de decisões que afetam a vida da instituição educativa e de compromisso com a ação;
- c) Há um vínculo muito estreito entre autonomia e projeto político-pedagógico. A autonomia possui o sentido sociopolítico e está voltada para o delineamento da identidade institucional, a qual representa a substância de organização do trabalho pedagógico. Autonomia e gestão colegiada devem fazer parte da especificidade do processo pedagógico;
- d) A legitimidade de um projeto político-pedagógico está estreitamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos os envolvidos com o processo educativo, o que requer continuidade de ações;

- e) Configura unicidade e coerência ao processo educativo, deixa claro que a preocupação com o trabalho pedagógico enfatiza não só a especificidade metodológica e técnica, mas volta-se também para as questões mais amplas, ou seja, a das relações da instituição educativa com o contexto social (VEIGA,2013).

A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também instituição de confronto, de resistência e proposição de inovações.

O modelo pedagógico do Curso de Teologia do ITESP na sua concepção deverá respeitar os seguintes princípios:

a) A objetividade da teologia

As áreas de saber estruturam-se dentro de uma objetividade constituída a partir de um consenso epistemológico e marcada por opções filosóficas e metodológicas historicamente situadas. No currículo de teologia, esta objetividade visa garantir, antes de tudo, sua dimensão acadêmica que se distingue das abordagens catequética ou devocional. Enquanto reflexão dada no seio da fé, a teologia expressa de maneira contundente este aspecto relativo da objetividade, na medida em que reflete sobre as práticas de fé situada historicamente. É neste sentido que o currículo de teologia do Instituto possui uma dialética que insiste na crítica e na criatividade da reflexão, bem como em paradigmas pré-constituídos, em elaboração teológica bem como nos dados da revelação, da tradição e do magistério, em aspectos teóricos e metodológicos e aspectos pastorais.

b) A identidade do curso

Desta objetividade, historicamente situada, decorre o princípio da identidade do currículo, enquanto este incorpora e expressa, em sua estrutura e dinâmica, a tradição católica e uma determinada opção teórica e metodológica que o distingue de outros e destina-se, ao mesmo tempo, a sujeitos específicos. O encontro ente a objetividade e os sujeitos destinatários compõem os objetivos, o perfil e a dinâmica interna do curso de teologia, respondendo pelo seu aspecto de habilitação. Demarcado na tradição teológica católica e, de modo particular, nas referências das congregações religiosas, o curso tem como objetivo a habilitação de agentes evangelizadores (religiosos, presbíteros e leigos), o que configura uma dinâmica própria no currículo, nas práticas pedagógicas e didáticas.

c) A organicidade do currículo

A articulação entre o todo e as partes compõe o currículo na sua estruturação horizontal e vertical. A verticalidade é compreendida pelas áreas específicas que compõem a área mais ampla que se identifica com o próprio curso e que o recorta de alto a baixo. Assim ficam

compreendidas as seguintes áreas: ciências bíblicas, teologia sistemática, teologia prática e ciências auxiliares. A horizontalidade busca uma estruturação que responda por uma sequência mais coerente e progressiva dos conteúdos e práticas ao longo do curso, ganhando o formato de módulos. Este aglutina, em torno de um eixo central e estruturante, o conjunto dos conteúdos e práticas acadêmico-pedagógicas, garantindo a integração dos conteúdos programáticos com a orientação pedagógica e as práticas docentes. A alocação das disciplinas regular e optativa, dos seminários e da linha de orientação se dá, primordialmente, em função destes eixos.

d) A progressividade do ensino, na aprendizagem e na pesquisa

O princípio da organização horizontal do currículo responde por uma sequência gradativa dos módulos, das disciplinas, dos seminários, da orientação pedagógica e de outras práticas docentes e discentes. Esta progressão inclui a classificação feita pelo processo seletivo, as concepções de matérias propedêuticas, de pré-requisitos, dos módulos (com seus conteúdos e práticas) e do término do curso, mediante um trabalho conclusivo. Trata-se de uma progressividade que vai do mais simples ao mais complexo, ou, em linhas gerais, dos estudos introdutórios aos estudos conclusivos, passando pelas regras materiais e formais básicas de construção do saber teológico e pelos conteúdos fundamentais da economia da salvação, da tradição e da práxis cristã.

e) A transversalidade temática

As políticas temáticas essenciais constituem o currículo epistêmica e pedagogicamente enquanto a área específica de saber pode ser contemplada como conteúdos estruturados pontualmente nas disciplinas e como dimensões que perpassam todo o conjunto do currículo transversalmente. As disciplinas garantem aquela objetividade temática que compõe as áreas de saber dentro do curso. A transversalidade visa garantir as intencionalidades de fundo do ensino e da aprendizagem, os princípios norteadores do conjunto das áreas ou aquelas dimensões que devem perpassar por todos os conteúdos como assuntos ou práticas integradoras. Trata-se de uma concepção metodológica e pedagógica que exige coerência do conjunto com as partes bem como uma prática pedagógica integrada nos planejamentos, na execução e avaliação do ensino-aprendizagem.

Adotamos como dimensões transversais: a interdisciplinaridade, a espiritualidade e a missão. A transdisciplinaridade supõe a unidade e a diversidade epistemológicas, de forma que cada matéria, em sua especificidade, venha a contribuir com a elaboração sistemática da teologia com suas múltiplas abordagens e metodologias. A espiritualidade fundamenta e direciona toda a reflexão, nos seus conteúdos, métodos e estratégias como ponto de partida e ponto de chegada do fazer teológico, enquanto reflexão sobre a vivência da fé. A missão, por sua vez, responde pela dimensão prática dos estudos teológicos, enquanto elaborados numa relação dialogante com as múltiplas realidades históricas e culturais.

f) A integralidade dos processos

A constituição do currículo busca superar a distância, o paralelismo ou a oposição entre o teórico e o prático, entre conteúdos e métodos, entre o acadêmico e o pedagógico. Todo o conjunto curricular, desde a compreensão da objetividade teológica, inclui uma relação construtiva e tensional entre o já constituído e o por constituir-se, distinguindo reprodução e produção teológicas. A articulação entre conteúdos e métodos verifica-se na insistência não só em conteúdos a serem estudados, como também nas metodologias, o que se visibiliza, de modo particular, no primeiro módulo em que são agrupadas as disciplinas teológicas.

O estudo das metodologias quer garantir o exercício do fazer teológico bem como a diversidade de abordagens dada nas diversas áreas que compõem o conjunto do curso e mesmo no interior de uma área específica. O currículo integra de modo original na sua organização horizontal - módulos – práticas acadêmicas e posturas didático-pedagógicas. Elabora os objetivos referentes a conteúdos programáticos e ao desempenho esperado dos alunos, o que supõe as funções diferenciadas do docente e do orientador pedagógico.

2.3.1. Qualidade de ensino

Educadores têm uma preocupação constante: a melhoria da qualidade do ensino. Independentemente das divergências que se possa ter a respeito do próprio conceito de “qualidade do ensino”, concorda-se, assim se espera, que um “bom ensino” deve gerar resultados satisfatórios no desempenho dos alunos nos exames oficiais de avaliação: ENADE, exames de qualificação profissional, residência, concursos públicos etc. Ou seja, um “bom ensino” deve refletir nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem.

Também é concordância geral que a aprendizagem é patrimônio do aprendiz. É o aluno que aprende. Por isso, aceita-se que há um “bom ensino” quando há “verdadeira aprendizagem” dos alunos. Essa “verdadeira aprendizagem” deve produzir resultados satisfatórios em exames de avaliação, sob pena de ser considerada apenas letra morta. Caso contrário, entra-se numa infundável discussão subjetiva sobre aprendizagem.

Sendo conquista do aluno, a aprendizagem depende muito de seu empenho e de sua dedicação. Não bastam bons docentes e bons recursos didáticos. Podemos mesmo afirmar que uma “boa proposta pedagógica” é aquela que é capaz de levar o aluno a fazer o esforço necessário para que sua aprendizagem ocorra. Claro que nessa “boa proposta pedagógica” estão incluídos bons docentes e bons recursos didáticos. Mas, é imprescindível que essa boa proposta leve mesmo a sério a necessidade do esforço permanente do aprendiz.

Como nosso objetivo principal é a aprendizagem, parte do trabalho docente deve concentrar-se na criação de mecanismos que melhorem efetivamente a aprendizagem de todos os alunos.

2.3.2. Mecanismos de aprendizagem

Se desejarmos fomentar no aluno o esforço próprio, precisaremos de mecanismos que o levem a realizar seu próprio trabalho de aprendizagem. Não é suficiente dizer para o aluno que ele precisa estudar, é necessário fornecer orientações precisas e detalhadas do que deve estudar, como e quando estudar, em cada uma das unidades curriculares do seu curso.

A sala de aula é um ambiente de ensino-aprendizagem muito eficiente e tem sido tradicionalmente, ao longo da vida escolar, o local mais importante. Sua importância e eficiência dependem não apenas do que acontece no momento da aula, mas também do trabalho prévio do docente.

Podemos dividir o tempo de ensino-aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Com isso, o tempo de ensino-aprendizagem é ampliado para um dia inteiro, não se limitando mais ao período de duração das aulas. O docente é o principal responsável por esses três momentos, cujo sucesso depende da sua competência.

No momento “antes da aula”, o docente coloca em prática a sua habilidade de preparar as aulas. Para cada aula, ele elabora um conjunto de orientações, que permite aos alunos o estudo antecipado, e define os objetivos da aula, os textos que deverão ser lidos, as atividades que deverão ser realizadas, a lista de exercícios, o filme sobre o tema da aula, os sites, as imagens, enfim, todos os materiais didáticos que tratam do assunto e que possam ajudar o aluno a aprender por si mesmo. Os materiais não devem se limitar apenas ao que será abordado em sala de aula; devem, também, permitir ao aluno o estudo aprofundado do tema a ser tratado, respeitando o conteúdo proposto no projeto pedagógico do curso. Ao fazer isso, o docente induz a criação de uma cultura de autoaprendizagem, fundamental para a formação do aluno de hoje.

Se bem-preparado esse momento antes da aula, o momento durante a aula será mais rico e melhor aproveitado. O docente não gastará tempo com anotações desnecessárias no quadro. Seu limitado tempo de aula será usado para a explicação dos pontos fundamentais do tema, o diálogo, a discussão e o esclarecimento de dúvidas. As perguntas formuladas pelos alunos serão, certamente, de melhor nível, enriquecendo os comentários do docente e as discussões de todos.

Se durante a aula surgirem novas ideias, que exijam acrescentar novos textos e materiais didáticos, o docente poderá fazê-lo após a aula. Também depois da aula, o professor designará atividades pedagógicas por ele supervisionadas, propiciando aos alunos uma aprendizagem efetiva e autônoma. Com isso, o momento após a aula será ainda mais rico, visto que será o resultado do ocorrido nos dois momentos anteriores.

Esses três momentos, quando bem-preparados pelo docente, tornam-se, assim, poderoso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Se todos os envolvidos, dirigentes, docentes e alunos trabalharem em conjunto na construção desses momentos, a qualidade da educação será sempre crescente.

Mas, infelizmente, a prática tem demonstrado que isso não basta como único mecanismo para fomentar a cultura da aprendizagem. Alguns alunos não cumprem o seu papel e acabam apenas assistindo às aulas. A cultura da aprendizagem centrada exclusivamente no momento da

aula e numa postura passiva do estudante é muito forte. Alguns ainda acreditam, ou às vezes usam essa crença como desculpa para a própria indisposição para estudar sozinho.

Sem embargo de se reconhecer que a sala de aula é importante e pode ser eficiente como ambiência de aprendizagem, sabe-se que uma postura mais autônoma do estudante, que busque o saber para além dos limites da aludida sala, aumenta o nível de efetividade da referida aprendizagem.

A preparação adequada de cada aula pelo docente é fator que, a despeito de primordial no processo educativo, tem-se revelado insuficiente. Uma das razões para isso talvez esteja em certos aspectos negativos do vínculo pessoal que a sala de aula cria entre alunos e professores. A relação afetiva entre alunos e docentes, muito importante em vários sentidos, algumas vezes dificulta a cobrança pelo docente da parte que toca ao aluno na aprendizagem. O aluno que não estuda a aula que foi preparada pelo docente não se sente penalizado por isso. O docente acaba cobrando nas provas apenas aquilo que ocorre na aula. Há uma cultura de valorização exclusiva daquilo que se passa na sala de aula. O aluno percebe que basta prestar a atenção na aula que ele já conseguirá um excelente resultado nas provas. O professor fica feliz com a boa participação do aluno, com seu interesse e atenção. O aluno percebe que isso é suficiente para a sua aprovação na disciplina. A atividade principal do aluno passa a ser apenas a de prestar atenção na aula. Ele pouco estuda antes da aula. Os momentos antes e após a aula não são valorizados.

Não basta, portanto, uma aula bem-preparada pelo docente, ainda que com um conjunto diversificado de atividades; é fundamental uma cultura de avaliação que leve em consideração o esforço do aluno na realização das atividades antes e após a aula.

2.3.3. O processo de avaliação do ensino-aprendizagem

Uma consequência positiva dos três momentos de aprendizagem citados é o desenvolvimento de uma cultura de que se deve avaliar os alunos não apenas por aquilo que acontece na sala de aula, mas por tudo aquilo que foi previsto e elaborado na preparação das aulas. Os alunos precisam aprender que poderão ser cobrados pela aprendizagem das atividades e conteúdos programados no interior de cada disciplina, mesmo que não dados em sala de aula.

Uma avaliação deve ser uma boa medida da eficácia da relação ensino-aprendizagem. Não se trata de “facilitar” ou “dificultar” um melhor resultado. Espera-se que a avaliação seja apenas uma medida adequada do resultado do processo ensino-aprendizagem, servindo assim para que professores e alunos possam aperfeiçoar esse processo. Portanto, a avaliação deve medir conteúdos e competências propostos e elaborados pelos docentes na preparação de suas aulas, não apenas o que foi trabalhado em sala de aula.

Resumindo, para criar-se uma cultura de valorização da aprendizagem, levando o aluno a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, devem-se adotar, pelo menos, os seguintes princípios:

- ***A aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação docente.***

- *Todos aprendemos de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes.*
- *A aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno*
- *Esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação*

2.3.4. A materialização dos princípios

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados os seguintes mecanismos:

- 1) Todas as disciplinas terão suas aulas previamente preparadas pelos docentes e publicadas, com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deve estudar.
- 2) Em todas as disciplinas, os docentes fornecerão horas de atividades para os alunos realizarem fora de sala de aula, com orientação e acompanhamento docente.
- 3) As horas de atividades de cada disciplina serão acompanhadas e avaliadas regularmente pelos docentes.
- 4) Durante todos os semestres letivos, com o apoio dos docentes Orientadores, os alunos elaborarão um Trabalho Integrador, para a integração dos conteúdos e das competências desenvolvidos ao longo do curso.
- 5) A avaliação dos alunos em cada disciplina deve abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e as atividades que foram elaborados pelo docente na preparação das aulas.

2.4. Articulação do PPC com o Projeto Institucional – PPI e PDI

O ITESP elaborou o seu Projeto Institucional a partir da reflexão, discussão e colaboração de todos os segmentos envolvidos, assumindo seu cumprimento integral como um compromisso institucional, tendo presente em suas ações que ele “estabelece os princípios da identidade Institucional e expressa a missão, os objetivos, os valores, as práticas pedagógicas, as políticas de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão e sua incidência social e regional”.

As políticas de ensino do ITESP privilegiam a formação por competências e habilidades. Estruturam a concepção curricular, favorecem a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investindo em projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica.

Tais aspectos da política institucional são expressos no Projeto Pedagógico do Curso, na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do estudante, centrado em competências e habilidades próprias. As Atividades Complementares favorecem a flexibilidade e a interdisciplinaridade do Projeto. O Projeto Integrador de Extensão leva o ITESP a um relacionamento mais profundo com a comunidade provocando uma inserção precoce do estudante na análise da situação e necessidades.

Na construção do Projeto Pedagógico de Curso, observa-se a materialização das políticas definidas no PPI da Instituição.

2.4.1. Implementação das Políticas Institucionais de Ensino

Política de Ensino: PDI – item 3.2.1

As políticas e ações do ITESP para a graduação fundamentam-se na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, objetivando a formação de qualidade acadêmica e profissional. Cultiva e promove, portanto, uma prática fundamentada em princípios éticos e morais que possibilitem a construção e disseminação do conhecimento, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

Em decorrência de seus objetivos permanentes e diretrizes o ITESP definiu as seguintes políticas de ensino a serem adotadas em seus cursos:

- I. Construção coletiva de projeto pedagógico **centrados no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador** do processo ensino-aprendizagem;
- II. Elaboração de projeto pedagógico que demonstre claramente como o **conjunto das atividades previstas** garantirá o perfil desejado de seu egresso e o **desenvolvimento das competências e habilidades** esperadas;
- III. Atualização constante do currículo implantado (sempre que necessário) através da efetiva atuação do NDE em atenção às exigências profissionais e as demandas advindas dos órgãos responsáveis pela educação superior;
- IV. Incentivo às metodologias ativas de aprendizagem;
- V. Promoção da interdisciplinaridade e da flexibilidade curricular;
- VI. Estímulo à permanência dos estudantes através de apoio pedagógico e financeiro;
- VII. Apoio ao desenvolvimento pedagógico dos docentes;
- VIII. Qualificação do acadêmico de graduação de maneira social e formal, oferecendo educação de qualidade, realçando estratégias e formas de estágios e de práticas profissionais;
- IX. Democratização do acesso ao ensino superior, diversificando e ampliando as formas de ingresso a partir das demandas contextuais e buscando formas de financiamento para a manutenção dos alunos.

2.4.1.1. A estrutura do Plano de Ensino e Aprendizagem

Para a efetiva aplicação da Política de Ensino, o curso de Teologia implementou um “Plano de Ensino e Aprendizagem” que explicita o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem e o papel de orientador/facilitador/mediador dos docentes neste processo. O Plano de Ensino Aprendizagem apresenta na sua estrutura os seguintes campos:

- a) **Objetivo do Curso** > a disciplina é apenas um fragmento e precisa ter significado na composição do curso
- b) **Ementa**
- c) **Objetivos de Aprendizagem** > o estudante precisa saber o que dele se espera com a maior precisão possível para que os trabalhos possam ter foco na aprendizagem
- d) **Habilidades e competências** >> no desenvolvimento dos trabalhos caberá ao orientador a cada instante associar as atividades propostas com as habilidades e competências profissionais que precisam ser agregadas pelo profissional em formação.
- e) **Conteúdo programático** > explicitado da forma mais detalhada possível
- f) **Bibliografia básica** > coerente com a ementa e o conteúdo proposto e diversificada no sentido de observar correntes diferentes do pensamento científico
- g) **Bibliografia complementar** > coerente com a ementa e conteúdo proposto e que de fato possa subsidiar os estudos a serem feitos

Construído o Plano de Ensino e Aprendizagem, num processo conduzido pelo NDE, passamos a operacionalizar os Planos de Curso onde:

- I. Todas as disciplinas terão suas aulas previamente preparadas pelos docentes e publicadas em ambiente virtual de aprendizagem com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deve estudar. Os professores poderão/deverão usar diferentes metodologias e recursos.
- II. Em todas as disciplinas os docentes terão horas de atividades práticas supervisionadas para os alunos realizarem atividades ligadas ao conteúdo da disciplina fora de sala de aula, sempre sob orientação e acompanhamento docente, nos termos do Art. 2º, item II da Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007;
- III. As atividades de cada disciplina serão acompanhadas e avaliadas regularmente por docentes, pelo NDE e pela coordenação de curso.
- IV. Durante os semestres letivos, ao longo do curso, com o apoio dos docentes, os alunos elaborarão trabalho interdisciplinar (Trabalho Integrador), para a integração dos conteúdos e competências desenvolvidos ao longo do curso.
- V. A avaliação dos alunos em cada disciplina deve abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e atividades que foram elaborados pelo docente na preparação das aulas conforme Planos de Ensino e Aprendizagem.
- VI. A avaliação do processo ensino/aprendizagem será realizada por meio de procedimentos de avaliação variados sendo um deles, necessariamente, uma Avaliação Integradora, elaborada de forma multidisciplinar que terá como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos específicos do curso, assim como temas de conhecimentos gerais.

VII. A metodologia de trabalho e a forma de avaliação propostas pelo docente orientador precisam manter absoluta coerência com os Objetivos de Aprendizagem propostos no Plano de Ensino e Aprendizagem

VIII. Na articulação entre teoria e prática deverá haver sempre que possível eventos relacionados ao contexto da região polarizada pela instituição.

Os docentes contratados, no período anterior à oferta da unidade curricular, receberão da coordenação do curso e do NDE as orientações para a organização do Plano de Curso.

Plano de Ensino Aprendizagem					
Componente Curricular					
Módulo:			ª Unidade:		
Carga Horária (h)					
SALA DE AULA	APS	TOTAL	REGIME LETIVO	SEMESTRE	ANO/EXERCÍCIO
			Semestral		
Ementa					
Objetivos de Aprendizagem					
Conteúdo					
Bibliografia Básica					
Bibliografia Complementar					

NDE:	ASSINATURA:	DATA:
COORDENADOR	ASSINATURA:	DATA:

Os docentes contratados, no período anterior à oferta da unidade curricular, receberão da coordenação do curso e do NDE as orientações para a organização do Plano de Curso.

2.4.1.2. O Plano de Curso e o Projeto Integrador de Extensão

Não existe planejamento isolado de unidade curricular/disciplina. Cada unidade curricular/disciplina faz parte de um contexto e no conjunto de unidades curriculares poderemos/teremos atividades integradoras a serem planejadas e executadas.

Definidas as possibilidades de integração competirá ao docente de cada unidade curricular/disciplina, de posse do Plano de Ensino e Aprendizagem definir as estratégias de ensino e de avaliação coerentes com os Objetivos de Aprendizagem e com o conteúdo definido nos Planos de Ensino e Aprendizagem.

Plano de Curso					
Componente Curricular					
Módulo D:		Unidade:		
Orientador de Aprendizagem					
Carga Horária (h)					
SALA DE AULA	APS	TOTAL	REGIME LETIVO	SEMESTRE	ANO/EXERCÍCIO
			Semestral		
CrITÉrios de Avaliação					
Metodologia					
Trilha de Aprendizagem					
1a Semana					
2a Semana					
3a Semana					
..... Semana					

2.4.1.3. O Projeto Integrador Extensionista

Projeto Integrador de Extensão	
Tema:	
Descrição da Proposta	
Público-alvo	
Diagnóstico Inicial	
Disciplinas Envolvidas	
Objetivos Específicos	
Procedimentos Operacionais	
Critérios e Instrumentos de Avaliação	

2.4.1.4. As Atividades Práticas de Aprendizagem (APS)

As Atividades podem ser organizadas por unidade curricular ou por temas que envolvam conteúdos de várias unidades curriculares. As leituras sugeridas devem proporcionar o acesso a artigos de ponta desenvolvendo no estudante o hábito da pesquisa.

De preferência, na medida do possível, as atividades devem exercitar as habilidades e competências e desenvolver operações mentais de nível mais elevado (raciocínio crítico).

Atividades Práticas de Aprendizagem (APS)			
Disciplina ou área(s) do conhecimento:			
Número da Atividade:		Carga Horária Consignada:	
Data de Postagem do Professor no AVA:		Data de Postagem da resposta do Aluno no AVA:	
Tema de Estudo:			
Objetivos de Aprendizagem:			
Leituras sugeridas:			
	Relembrar		

Processo cognitivo/operação mental (assinale a operação mental)	Entender	
	Aplicar	
	Analisar	
	Avaliar	
	Criar	
Atividades de Aprendizagem proposta:		
Descrever		

2.4.1.4. A Reflexão dos Estudantes

A Aprendizagem é patrimônio do Aprendiz!! No processo de construção dos valores profissionais o estudante/futuro-profissional-de-Teologia precisa perceber o processo e por isto cabe-nos orientá-lo e depois solicitar sua reflexão,

“Sr. Estudante

Uma disciplina é muito mais que um conjunto de conteúdos conceituais. As atividades propostas em cada disciplina buscam desenvolver no estudante as competências definidas na **Res. CNE/CES Nº 4, de 16 de setembro de 2016** e que caracterizam o profissional formado em Teologia.

Solicitamos, portanto, que no final de cada Módulo, analise as atividades propostas e reflita sobre as Competências que foram trabalhadas assinalando no quadro abaixo.

Esperamos que durante o curso estas competências sejam constantemente trabalhadas e que ao final sejam percebidas como valores agregados ao seu processo formativo.”

Objetivos Gerais	Percepção do Estudante
a) articular de forma interdisciplinar as interfaces existentes nas diferentes áreas das ciências humanas, da Teologia e de outros campos do saber, promovendo a integração teórico-prática;	
b) atuar em consonância com os princípios éticos de ação para a cidadania, considerando as questões contemporâneas sobre temas ligados aos direitos humanos, meio ambiente, educação étnico racial, educação indígena e sustentabilidade; e	
c) produzir conhecimento científico no campo da Teologia e na área das ciências humanas.	
Objetivos Específicos	Percepção do Estudante

a) alcançar relevante conhecimento da respectiva Tradição religiosa, seja dos textos e narrativas fundantes, seja do desenvolvimento histórico da respectiva Tradição e das diferentes interpretações e correntes teológicas que se dão no interior de seu campo;	
b) interpretar narrativas, textos históricos e tradições em seu contexto, como sua hermenêutica, pelo domínio de instrumentos analíticos;	
c) desenvolver espírito científico e pensamento reflexivo;	
d) adquirir senso de reflexão crítica e de cooperação que permita o desenvolvimento do saber teológico e das práticas religiosas dentro de sua própria Tradição;	
e) empregar adequadamente os conceitos teológicos aliados às situações do cotidiano, revelando-se profissional participativo e criativo;	
f) articular o saber especificamente teológico com os saberes das outras ciências, de forma interdisciplinar;	
g) agir proativamente na promoção do diálogo, do respeito e da colaboração em relação às outras tradições religiosas e aos que não creem;	
h) tomar consciência das implicações éticas do seu exercício profissional e da sua responsabilidade social;	
i) atuar de modo participativo e criativo junto a diferentes grupos culturais e sociais, promovendo a inclusão social, a reflexão ética, o respeito à pessoa e aos direitos humanos;	
j) integrar grupos de reflexão e ação multidisciplinares e inter-religiosos; e	
k) desenvolver trabalhos em equipe e implementar projetos em organizações da sociedade.	

2.4.2. Implementação das Políticas Institucionais de Extensão

Política de Extensão: PDI - item 3.2.2

A Extensão tem por objetivo tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio do ITESP, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de divulgar e de ampliar o acesso às pesquisas, atividades, trabalhos, conhecimentos e cultura produzidos pela instituição.

O desenvolvimento de políticas de extensão como uma dimensão do ensino e atividade de formação acadêmico-científico-cultural de seu corpo discente tem sido evidenciada como política institucional no campo da extensão. Em relação a tal aspecto a Resolução CNE 07/2018, apresenta algumas deliberações, tais como a atualização do conceito de extensão na Educação Superior Brasileira, ora constituído como “atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Corroborando a isto, o ITESP apresenta como Política de Extensão:

- I. Incentivo à articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa/Iniciação Científica;
- II. Promoção da democratização do conhecimento acadêmico e da participação efetiva do ITESP na sociedade local e regional por meio da interação dialógica e do diálogo inter-religioso;
- III. Favorecimento ao processo dialético da relação teoria-prática;
- IV. Promoção de trabalhos interdisciplinares que favoreçam o desenvolvimento local e regional;
- V. Estímulo ao desenvolvimento cultural como instrumento de construção da cidadania.

O Projeto Pedagógico do Curso de Teologia do ITESP para atender à Política de Extensão deve:

- I. Explicitar como diretriz a articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, levando em consideração as características do curso e as necessidades locais e regionais;
- II. Incentivar e valorizar a participação dos alunos em diferentes ações de extensão;
- III. Considerar de forma objetiva atividades de extensão como relevante para o curso através de eventos organizados para a difusão, para a comunidade, de estudos e reflexões desenvolvidos no ITESP;
- IV. Prever o monitoramento, registro, avaliação das ações de extensão, apresentação e publicação dos resultados.

Para a efetiva aplicação desses princípios as atividades de extensão serão desenvolvidas, levando-se em consideração as modalidades a seguir:

- I. **Projetos:** Ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto de Extensão pode ocorrer isoladamente ou pode ser vinculado a um Programa de Extensão.
- II. **Cursos/Oficinas:** Consiste em uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemática, com carga horária mínima de 06 horas e critérios de avaliação definidos. Responde a demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação e pode estar vinculada a um Programa ou Projeto de Extensão ou ser isolado.
- III. **Eventos:** Corresponde a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido pelo Itesp. São exemplos de evento de extensão: campanha de difusão cultural, concerto, espetáculo, exposição, festival, feira, conferência, congresso, simpósio, seminário, debate, encontro, fórum, jornada, mesa-redonda, palestra, lançamento de publicações e produtos, mostra, entre outras manifestações.

- IV. **Prestação de Serviços:** Compreende atividade de trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

2.4.3. Implementação das Políticas Institucionais de Iniciação Científica

Política de Iniciação Científica: PDI - item 3.3.3

Uma instituição de ensino superior é, antes de tudo, um lugar onde se cria, transmite e discute conhecimento, segundo conceituação do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPQ. Neste tipo de instituição, os professores são incentivados a se atualizarem e ampliarem o seu universo de atuação e conhecimentos ao mesmo tempo em que os estudantes de graduação, por meio da iniciação científica, são inseridos em atividades de pesquisa científica. Portanto, a Pesquisa é uma atividade essencial em uma instituição de ensino superior que deseja se distinguir pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa é também veículo de aprimoramento técnico e intelectual dos professores e dos estudantes, assim como de integração entre a Instituição de ensino e a comunidade acadêmica.

Por isso, o ITESP incentiva a Pesquisa, por meio de estímulo ao desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica, alinhados com a missão e visão da Instituição e de acordo com as necessidades da comunidade. Deste modo, o ITESP adota a Iniciação Científica como parte do processo de ensino-aprendizagem e como característica de sua *práxis* acadêmica.

Assim, o ITESP, em consonância com os seus objetivos, tem na área da pesquisa as seguintes finalidades:

- I. Promover o desenvolvimento científico da Instituição, estimulando tanto o corpo docente quanto o corpo discente para a pesquisa científica;
- II. Estimular o envolvimento dos pesquisadores nas atividades de orientação de discentes;
- III. Realizar investigações que possam contribuir para a reflexão teológica cristã;
- IV. Estimular o desenvolvimento de projetos que envolvam o estabelecimento de colaborações científicas;
- V. Estender à comunidade e ao ensino o resultado das pesquisas, promovendo e estimulando a divulgação do conhecimento.

2.4.4. Promoção de oportunidades variadas de aprendizagem associadas ao perfil do egresso

Além das atividades de aprendizagem propostas nas disciplinas, o ITESP, no componente Atividade Complementar, disponibilizará aos estudantes a possibilidade de participação, entre outros, em: Oficinas, minicursos, eventos científicos, visitas técnicas, grupos de estudo e pesquisa, debate mediado por docente; estudos de casos, projetos de extensão.

O Projeto Interdisciplinar de Extensão, com 10% da carga horária total do curso de atividades discentes efetivas e vocacionado para a análise e intervenção na realidade de Ipiranga

e região, constituirá oportunidade diferenciada de aprendizagem por integrar análise de situação, desenvolvimento de projeto de intervenção, ação consequente e análise de resultados promovendo a necessária inserção precoce do estudante de Teologia na articulação teoria-prática.

2.4.5. Práticas de acompanhamento e revisão do processo de ensino - aprendizagem

Os Planos de Ensino Aprendizagem são construídos pelo NDE, aprovados pelo Colegiado de Curso e disponibilizados aos estudantes pelo ITESP, bem como apresentados aos estudantes no primeiro dia de atividades acadêmicas.

A socialização dos Planos de Ensino Aprendizagem com os estudantes permite um processo de acompanhamento muito efetivo por parte dos estudantes complementando o trabalho de acompanhamento do NDE.

Nas avaliações o conteúdo cobrado será extraído diretamente dos Planos de Ensino Aprendizagem, independente da forma que foi trabalhado durante o semestre e permitirá então verificar se o que foi programado pelo NDE foi de fato executado e com que profundidade.

Observando-se défices de Aprendizagem poderemos organizar oficinas específicas que visam sanar as falhas detectadas, bem como promover discussão com NDE e professores do curso a fim de traçar estratégias de aprendizagem que visem essa correção.

2.5. O Projeto Pedagógico de Teologia

2.5.1. Objetivos do Curso

Considerando o disposto no art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que se prevê como objetivo da Educação o pleno desenvolvimento da pessoa, a formação para a convivência cidadã e a qualificação adequada para o trabalho, e o espírito que subjaz ao art. 43 da LDB, no que diz respeito à Educação Superior, um curso de graduação em Teologia visa formar pessoas que tenham a capacidade de:

- I. compreender os conceitos pertinentes ao campo específico do saber teológico, segundo sua Tradição, e estabelecer as devidas correlações entre estes e as situações práticas da vida;
- II. integrar várias áreas do conhecimento teológico, para elaborar modelos, analisar questões e interpretar dados em harmonia com o objeto teológico de seu estudo;
- III. compreender a construção do fenômeno humano e religioso sob a ótica da contribuição teológica, considerando o ser humano em todas as suas dimensões, e refletir criticamente sobre a questão do sentido da vida;
- IV. analisar, refletir, compreender e descrever criticamente os fenômenos religiosos, articulando a religião e outras manifestações culturais, apontando a diversidade dos fenômenos religiosos em relação ao processo histórico-social;
- V. promover a reflexão, a pesquisa, o ensino e a divulgação do saber teológico;

- VI. compreender a dimensão da transcendência como capacidade humana de ir além dos limites que se experimentam na existência;
- VII. exercer presença pública, interferindo construtivamente na sociedade na perspectiva da transformação da realidade e na valorização e promoção do ser humano;
- VIII. assessorar e participar de instituições confessionais, interconfessionais, educacionais, assistenciais e promocionais, tanto na perspectiva teórica, quanto na prática;
- IX. elaborar e desenvolver projetos de pesquisa dentro das exigências acadêmicas;
- X. prosseguir em sua formação teológica na perspectiva da educação continuada;
- XI. participar de comitês e conselhos interdisciplinares, como os comitês Ambientais e de Bioética, Ética em Pesquisa, Juntas de Conciliação, entre outros, promovendo a defesa dos direitos inalienáveis do ser humano e contribuindo para a construção permanente de uma sociedade mais justa e harmônica; perceber as dinâmicas socioculturais, tendo em vista a interpretação das demandas dos diversos tipos de organizações sociais e religiosas e dos diferentes públicos;
- XII. compreender as problemáticas contemporâneas decorrentes da globalização, das tecnologias do desenvolvimento sustentável, necessárias ao planejamento das ações sociais

2.5.1.1. O alinhamento do Objetivo com o perfil do Egresso

O Projeto Pedagógico do Curso de Teologia apresenta um alinhamento **sólido e bem definido** entre os **Objetivos** e o **Perfil do Egresso**. A formação visa um profissional que conjuga o domínio teórico-teológico com uma forte atuação pastoral, ética, social e interdisciplinar. Esse alinhamento pode ser compreendido em três eixos principais:

Conhecimento e Rigor Acadêmico: Este eixo garante que o egresso tenha a base de saber necessária para o exercício da Teologia como ciência e como tradição.

- **Relação Conceito-Prática:** O objetivo de compreender e correlacionar conceitos teológicos com a vida prática é alcançado pela competência de possuir um conhecimento relevante da Tradição religiosa e a habilidade de empregar esses conceitos em situações cotidianas.
- **Interdisciplinaridade e Integração:** A meta de integrar diversas áreas do saber teológico para elaborar análises e modelos é desenvolvida pela competência geral de articular interdisciplinarmente as ciências humanas e, especificamente, articular o saber teológico com outras ciências.
- **Estudo e Reflexão:** Os objetivos explícitos de promover a reflexão, o ensino e desenvolver projetos de estudo que são o resultado direto da competência de produzir conhecimento científico e da aquisição do espírito científico e pensamento reflexivo.

Aqui se evidencia a formação do teólogo como um agente de intervenção pública e reflexão ética, cumprindo o preceito constitucional de formação para a cidadania.

- Reflexão Humana e Ética: A formação que busca a compreensão do fenômeno humano e religioso e a reflexão sobre o sentido da vida/transcendência gera a consciência das implicações éticas e da responsabilidade social do exercício profissional.
- Intervenção na Realidade: O objetivo de exercer presença pública e interferir construtivamente na sociedade na perspectiva da transformação é concretizado pela competência de atuar em consonância com princípios éticos de cidadania e de agir proativamente na promoção da inclusão social, ética e direitos humanos.
- Diálogo e Mediação: O propósito de participar de comitês interdisciplinares como os de Bioética (O.XI) é capacitado pela habilidade de integrar grupos de reflexão multidisciplinares e inter-religiosos e pela formação interdisciplinar geral.

Adaptação e Atuação Profissional

Este eixo garante que o egresso consiga responder às demandas do mercado de trabalho e das organizações sociais.

- Interpretação Cultural: O objetivo de analisar criticamente os fenômenos religiosos em articulação com manifestações culturais é sustentado pela competência em interpretar narrativas e textos em seu contexto, dominando a hermenêutica.
- Assessoramento e Gestão: A capacidade de assessorar e participar de instituições (confessionais, assistenciais, educacionais) tanto na teoria quanto na prática se traduz na habilidade de desenvolver trabalhos em equipe e implementar projetos em organizações da sociedade.
- Resposta às Demandas Contemporâneas: A necessidade de compreender problemáticas contemporâneas (globalização, sustentabilidade) e perceber as demandas das organizações é atendida pela articulação interdisciplinar e pela capacidade de ser um profissional participativo e criativo, que aplica conceitos teológicos ao cotidiano.

2.5.2. Perfil do Egresso

O curso de graduação em Teologia deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I. Gerais:
 - a) articular de forma interdisciplinar as interfaces existentes nas diferentes áreas das ciências humanas, da Teologia e de outros campos do saber, promovendo a integração teórico-prática;
 - b) atuar em consonância com os princípios éticos de ação para a cidadania, considerando as questões contemporâneas sobre temas ligados aos direitos humanos, meio ambiente, educação étnico racial, educação indígena e sustentabilidade; e

- c) produzir conhecimento científico no campo da Teologia e na área das ciências humanas

II. Específicas

- a) alcançar relevante conhecimento da respectiva Tradição religiosa, seja dos textos e narrativas fundantes, seja do desenvolvimento histórico da respectiva Tradição e das diferentes interpretações e correntes teológicas que se dão no interior de seu campo;
- b) interpretar narrativas, textos históricos e tradições em seu contexto, assim como sua hermenêutica, pelo domínio de instrumentos analíticos;
- c) desenvolver espírito científico e pensamento reflexivo;
- d) adquirir senso de reflexão crítica e de cooperação que permita o desenvolvimento do saber teológico e das práticas religiosas dentro de sua própria Tradição;
- e) empregar adequadamente os conceitos teológicos aliados às situações do cotidiano, revelando-se profissional participativo e criativo;
- f) articular o saber especificamente teológico com os saberes das outras ciências, de forma interdisciplinar;
- g) agir proativamente na promoção do diálogo, do respeito e da colaboração em relação às outras tradições religiosas e aos que não creem;
- h) tomar consciência das implicações éticas do seu exercício profissional e da sua responsabilidade social;
- i) atuar de modo participativo e criativo junto a diferentes grupos culturais e sociais, promovendo a inclusão social, a reflexão ética, o respeito à pessoa e aos direitos humanos;
- j) integrar grupos de reflexão e ação multidisciplinares e inter-religiosos; e
- k) desenvolver trabalhos em equipe e implementar projetos em organizações da sociedade

2.5.2.1. A análise de contexto e as características locais e regionais que influenciam a formação de profissional e que devem ser trabalhadas em atividades previstas no curso

A localização do Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP) no histórico bairro do Ipiranga, e sua vasta região de influência, impõem ao curso de Teologia a necessidade de uma Estratégia Curricular Contextualizada. Esta estratégia deve preparar o egresso para o complexo cenário da Teologia e da Pastoral Urbana em uma das maiores metrópoles do mundo.

A inserção no Ipiranga exige que o ITESP utilize o bairro como um verdadeiro laboratório de História, Cultura e Cidadania. Sendo o local de grande importância cultural, que abriga o Museu Paulista, o Parque da Independência (símbolo da emancipação política brasileira), e um dinâmico polo cultural (Sesc, Museu de Zoologia), o curso é instigado a criar projetos de extensão e pesquisa que explorem a relação entre fé, arte, história e identidade nacional. O fato de o bairro

carregar o histórico da Proclamação da Independência estimula a reflexão sobre a Teologia Pública e o papel da religião na construção da nação, reforçando o objetivo de interferir construtivamente na sociedade. Além disso, o histórico de desenvolvimento industrial e a diversidade socioeconômica do Ipiranga exigem que o debate sobre ética no trabalho, justiça social e as contradições do desenvolvimento seja parte integrante da formação.

O real raio de influência do ITESP se estende por um vasto campo urbano, englobando São Paulo e cerca de 40 cidades vizinhas, habitadas por aproximadamente 20 milhões de pessoas. Esta **dimensão regional impõe a prioridade máxima à Teologia Social e à Pastoral Urbana**.

A complexidade e as contradições da megalópole – como a desigualdade social, o pluralismo religioso acentuado e as questões de sustentabilidade – obrigam o currículo a focar no **Diagnóstico da Realidade Urbana**. O curso deve capacitar o egresso a assumir ações de **justiça social e direitos humanos**, formando-o como um **agente de transformação urbana**. Além disso, a convivência com o intenso pluralismo religioso e o secularismo metropolitano exige forte ênfase nas competências de **diálogo inter-religioso e ecumênico**, essenciais para a **mediação de conflitos** e a promoção da **convivência ética**.

A Estratégia de Formação com Horizonte Global

A característica de ter estudantes de diversos estados e países, que retornam a seus locais de origem, força o ITESP a adotar uma **perspectiva de formação ampla e adaptável**.

O curso precisa oferecer uma Teologia que, embora fundamentada em uma Tradição específica, seja **contextualizada e com fundamentos universais**, preparando o egresso para adaptar os saberes teológicos a qualquer cultura. A forte união da Teologia com a prática (pastoral) exige que os projetos de extensão e as práticas pastorais sejam desenvolvidos intencionalmente **na região de influência ampliada**, garantindo que a formação colaborativa e a implementação de projetos reforcem o compromisso com a sociedade e a articulação dos saberes para responder às demandas concretas das organizações sociais e religiosas.

2.5.2.2. A configuração de perfil de egresso, em função das novas demandas do mercado de trabalho

A configuração do perfil do egresso em Teologia está se expandindo significativamente, deixando de focar *apenas* na formação pastoral e eclesial para abraçar uma perspectiva mais plural, interdisciplinar e voltada para a atuação social e cultural. O mercado de trabalho exige que o teólogo não seja somente um especialista em textos sagrados, mas um especialista em humanidade e em questões éticas e sociais complexas.

As novas demandas do mercado valorizam um teólogo que combine o conhecimento clássico da área com habilidades contemporâneas:

Categoria	Competências Específicas	Relevância no Mercado
Intelectual-Acadêmica	Pensamento Crítico Profundo	Capacidade de analisar e interpretar textos, doutrinas e fenômenos religiosos com rigor científico e imparcialidade.
	Habilidade em Hermenêutica	Fundamental para o diálogo e a contextualização da fé e da religião na cultura e sociedade contemporâneas.
	Consciência Interdisciplinar	Relacionar a Teologia com Psicologia, Sociologia, História, Filosofia e Ética para solucionar problemas complexos.
Comunicação & Mídia	Comunicação Eficaz (Oral e Escrita)	Essencial para o ensino, a pregação, o aconselhamento e a produção de conteúdo (livros, artigos, mídias digitais).
	Fluência Digital e Mídia	Capacidade de atuar na Teocomunicação (evangelização e diálogo em meios digitais), produção de conteúdo online e gestão de comunidades virtuais.
Ética & Social	Ética e Responsabilidade Social	Consciência das implicações éticas e da responsabilidade social da Teologia, atuando em projetos de Justiça Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade.
	Sensibilidade Inter-religiosa e Cultural	Habilidade para atuar em ambientes de diversidade, mediando conflitos e promovendo o diálogo inter-religioso e ecumênico.
Gestão & Liderança	Liderança e Gestão de Pessoas	Aplica-se à administração de instituições religiosas, ONGs, projetos sociais e equipes multidisciplinares.
	Aconselhamento e Escuta Ativa	Capacidade de oferecer apoio espiritual, emocional e ético em diversos contextos (capelania, <i>coaching</i> espiritual, terapia).

O egresso em Teologia hoje tem um campo de trabalho que se estende para além do ambiente estritamente religioso:

- Educação: Docência em Ensino Religioso (não confessional), em escolas de Ensino Fundamental/Médio, e como professor/pesquisador em Ensino Superior (Teologia ou Ciências da Religião).

- Capelania: Crescente demanda em hospitais, universidades, empresas, forças armadas e penitenciárias, prestando assistência espiritual e aconselhamento.
- Terceiro Setor e Ação Social (ONGs): Atuação em projetos sociais, filantrópicos e de desenvolvimento comunitário, utilizando a ética e a visão humana da Teologia.
- Mídia e Conteúdo Editorial: Produção, edição e tradução de textos, artigos e vídeos para o mercado editorial, plataformas digitais e agências de comunicação.
- Consultoria Ética e *Coaching*: Assessoria para empresas e indivíduos em questões de ética, propósito, desenvolvimento humano e espiritualidade no ambiente de trabalho.

2.5.3. Atribuições no mercado de trabalho

O mercado de trabalho para o profissional formado em Teologia expandiu-se significativamente, valorizando sua formação como um especialista em questões humanas, éticas e sociais, além do domínio da doutrina religiosa. O teólogo moderno é um profissional versátil, cujas atribuições vão muito além do ambiente eclesiástico tradicional.

As principais atribuições e áreas de atuação do teólogo no mercado de trabalho são:

1. Ministério Religioso e Liderança

Esta é a área tradicional, focada na gestão e no suporte à comunidade de fé:

- Liderança Espiritual (Sacerdócio, Pastorado):
 - Conduzir serviços religiosos, celebrar rituais (casamentos, batizados, funerais) e administrar os sacramentos ou ritos de passagem.
 - Oferecer orientação e aconselhamento espiritual à comunidade, indivíduos e famílias em momentos de crise, luto ou questões existenciais.
 - Liderar e gerir a administração, finanças e programas internos de instituições religiosas.
- Ações Missionárias:
 - Planejar e executar ações de evangelização e desenvolvimento comunitário em diferentes contextos (urbano, rural, internacional).

Educação e Pesquisa (Academia)

O teólogo atua como pesquisador e educador, aplicando o rigor científico ao estudo da religião:

- Docência no Ensino Superior:
 - Lecionar em cursos de graduação e pós-graduação em Teologia, Ciências da Religião, Filosofia e outras áreas das Ciências Humanas (geralmente exigindo pós-graduação).
- Docência no Ensino Básico:
 - Ministras aulas de Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia no Ensino Fundamental e Médio (sujeito à regulamentação e formação complementar).
- Pesquisa Científica:
 - Realizar e publicar pesquisas sobre textos sagrados, história das religiões, doutrinas, dogmas e a influência da religião no comportamento e na sociedade.

Aconselhamento e Assistência Social

O foco é o apoio ético, moral e espiritual em ambientes não-religiosos:

- Capelania:
 - Prestar assistência espiritual e emocional em hospitais, universidades, prisões, forças armadas (militares) e outras organizações fechadas.
 - Oferecer conforto e mediar conflitos baseados em questões de fé e moral.
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Filantropia:
 - Atuar no planejamento, gestão e execução de projetos sociais e de desenvolvimento comunitário, frequentemente em parceria com assistentes sociais e psicólogos.
 - Usar a ética e a visão humanista da Teologia para tratar questões de vulnerabilidade social e justiça.
- Consultoria e *Coaching* Espiritual:
 - Oferecer assessoria para indivíduos e empresas em questões de ética, valores, propósito e desenvolvimento humano/espiritual.

Comunicação, Mídia e Editorial

O teólogo utiliza suas habilidades de interpretação textual e comunicação para a produção de conteúdo:

- Mercado Editorial:
 - Trabalhar como escritor, editor, tradutor e revisor de livros, artigos, textos acadêmicos e materiais religiosos, garantindo a clareza e fidelidade conceitual.
- Mídia e Comunicação:
 - Produzir conteúdo para diversas plataformas (TV, rádio, podcasts, mídias digitais), disseminando ensinamentos religiosos e promovendo o debate teológico-social (Teocomunicação).

Gestão e Consultoria Ética

Aplica os conhecimentos éticos, de liderança e de gestão de valores em ambientes organizacionais:

- Administração e Gestão:
 - Assumir cargos de gestão administrativa e financeira em instituições religiosas, educacionais, de caridade ou do Terceiro Setor.
- Comitês e Conselhos:
 - Participar de comitês de Ética, Bioética e de Pesquisa em hospitais, laboratórios e empresas, contribuindo com a perspectiva ética e humanista para a tomada de decisões complexas.

O diferencial do teólogo é a combinação entre de erudição acadêmica, profundidade ética e habilidades de liderança e escuta, tornando-o um profissional relevante para mediar e enriquecer discussões em diversos setores da sociedade.

2.5.4. A Organização Curricular

2.5.4.1. Eixos de Formação

A estrutura curricular foi construída de forma a articular os eixos de formação fundamental, interdisciplinar, teórico-prática e complementar.

2.5.4.1.1. Formação Fundamental

Contempla conteúdos de formação básica que caracterizam o curso de graduação em Teologia, no qual deverão ser ministradas disciplinas relacionadas ao estudo:

- I. das narrativas e textos sagrados ou oficiais que podem ser tidos como fontes da Teologia, segundo a Tradição própria;
- II. das línguas das fontes da Teologia;
- III. das normas ou regras de interpretação das referidas fontes;
- IV. do desenvolvimento da Tradição;
- V. do método, dos temas e das correntes teológicas construídas ao longo da história e contemporaneamente;
- VI. da natureza da Tradição religiosa e de sua história, inclusive códigos legais ou assemelhados.

Componentes Curriculares	
Antropologia Teológica	Literatura Sapiencial
Cristologia	Literatura Sinótica
Direito Canônico	Liturgia
Eclesiologia	Mariologia
Ecumenismo	Metodologia do Trabalho Teológico
Epistemologia Teológica	Missiologia
Escatologia	Palestina no Tempo de Jesus
Grego Bíblico	Penitência e Reconciliação
Hebraico	Pentateuco
Hermenêutica Bíblica	Revelação
História da Igreja Antiga	Sacramentos da Iniciação Cristã
História da Igreja Contemporânea	Salmos
História da Igreja na América Latina	Teologia da Espiritualidade
História da Igreja na Idade Média	Teologia da Eucaristia
História da Igreja no Brasil	Teologia da Família e do Matrimônio
História da Igreja: Idade Moderna	Teologia da Vida Consagrada
História de Israel	Teologia do Espírito
Introdução à Teologia	Teologia dos Ministérios

Latim	Teologia Pastoral
Literatura Apocalíptica	Teologia Pastoral Litúrgica
Literatura Deuteronômica	Teologia Patrística
Literatura Joanina e Cartas Católicas	Teologia Sacramentaria
Literatura Paulina	Trindade
Literatura Pós-exílica	Unção dos Enfermos
Literatura Profética	

2.5.4.1.2. Formação Interdisciplinar

Contempla conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística e apresenta disciplinas baseadas essencialmente em conhecimentos das humanidades, filosofia e ciências sociais, com foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea, em especial nas questões ligadas aos temas dos direitos humanos, educação étnico-racial, educação indígena, educação ambiental e sustentabilidade.

Componentes Curriculares	
Aconselhamento Pastoral	Moral da Vida
Antropologia da Religião	Moral Fundamental
Educação para Comunicação	Moral Social
Introdução à Teologia Moral	Psicologia da Religião
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Seminário
Língua Portuguesa	Sociologia da Religião
Moral da Sexualidade	

2.5.4.1.3. Formação Teórico-prática

Conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do profissional de Teologia.

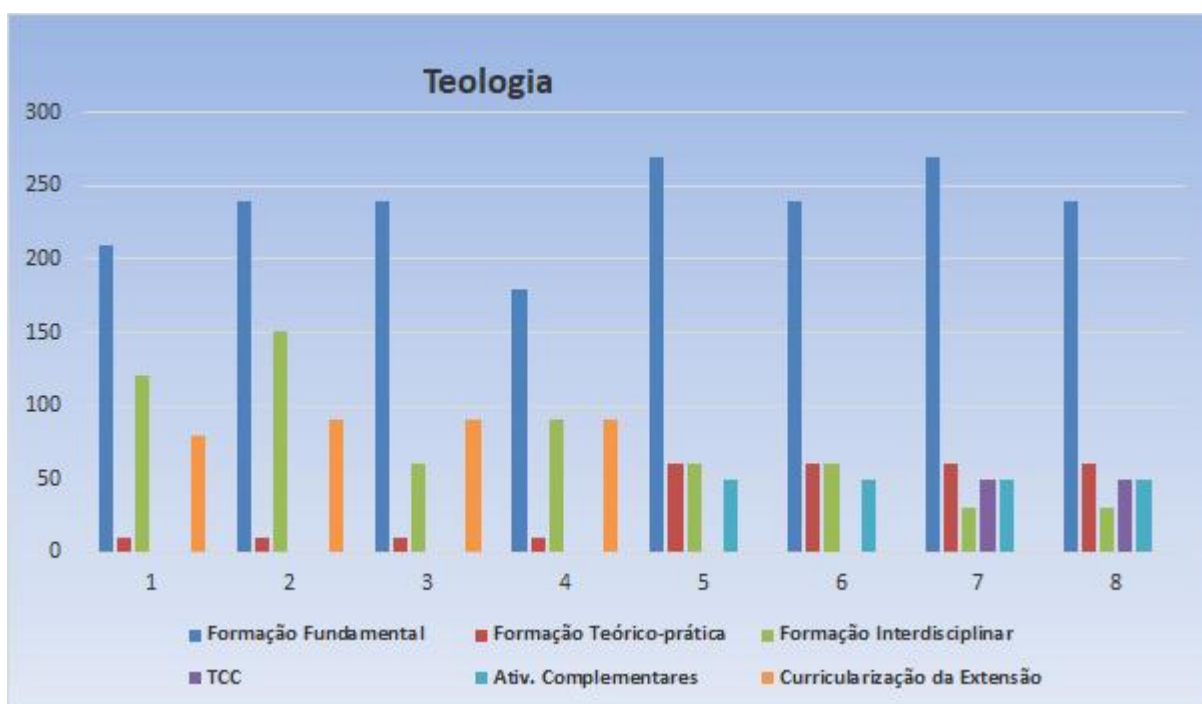
Componentes Curriculares	
Estágio	Orientação Metodológica
Monografia / TCC	Orientação Temática
Orientação Didática	Projeto Integrador Extensionista
Orientação Epistemológica	

2.5.4.1.4. Formação Complementar

Contempla a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter inter-religioso de promoção da cidadania e de respeito aos direitos humanos.

Componente Curricular >> Atividades Complementares

2.5.4.1.5. Representação Gráfica por eixos de formação



2.5.5. Coerência com as DCNs e demais legislações

O curso de Teologia atende Resolução CNE/CES nº 04, de 16 de setembro de 2016 e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- A carga horária do curso é de 3.420 h;
- Libras está sendo oferecida como disciplina obrigatória; (**Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**)
- O tempo mínimo de integralização é de 4 anos;
- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido nos artigos 5º e 6º das DCN;
- O estágio supervisionado, com 200 h, atende ao estabelecido no Art. 9º das DCN;
- As atividades complementares atendem ao Art. 10 das DCN, com estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias, estágios; programas de extensão; estudos complementares; participação em cursos, seminários, conferências e congressos;

- g) O Trabalho de Conclusão de Curso atende ao Art. 11 das DCN e é feito sob orientação docente;
- h) Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado no Plano de Ensino Aprendizagem da disciplina História da Igreja na América Latina e História da Igreja no Brasil.
- i) Atende a Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002) com conteúdo contemplados no Plano de Ensino e Aprendizagem das disciplinas Moral Social I, Moral Social II e Moral da Vida Bioética;
- j) Atende à Resolução CNE N° 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos sendo o conteúdo trabalhado na no Plano de Ensino Aprendizagem da disciplina Moral Social I e Moral Social II.
- k) A Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 é tratada primeiramente em palestras para os docentes do ITESP sobre possíveis formas de identificação deste tipo de transtorno e posteriormente no atendimento; e,
- l) A Resolução CNE/CES N° 7 de 18 de dezembro de 2018 (Extensão) está configurada no Projeto Integrador Extensionista com 10% da carga horária total do curso (350 h).

2.5.6. Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso

2.5.6.1. O desenvolvimento de conteúdos e as diferentes estratégias de aprendizagem

Os conteúdos a serem trabalhados nos componentes curriculares estão explicitados nos Planos de Ensino Aprendizagem estruturados e referendados pelo NDE.

Em cada Plano de Ensino Aprendizagem foram definidos os Objetivos de Aprendizagem que deverão ser observados pelos docentes e estudantes, juntamente com os conteúdos e a bibliografia básica e complementar favorecendo a organização das estratégias de aprendizagem e de avaliação a serem propostas aos estudantes.

Entende -se que não basta dizer ao estudante que ele deve estudar! É preciso dizer o que estudar, a importância para a formação profissional, os objetivos a serem atingidos, as fontes de consulta e as atividades a serem feitas.

Neste sentido competirá ao docente orientador da aprendizagem traçar estratégias coerentes com os objetivos de aprendizagem bem como critérios de avaliação que levem em consideração o perfil do egresso estabelecido neste projeto pedagógico.

2.5.6.2. A organização em módulos

A proposta pedagógica do ensino da Teologia, no nível de graduação, concretiza uma concepção dinâmica a partir de módulos com eixo integrador das disciplinas, bem como pelo processo de acompanhamento através da orientação didático-pedagógica.

A filosofia de estudo, que nucleia as disciplinas teológicas em módulos semestrais, prevê um coordenador de módulo ao qual compete coordenar as atividades avaliativas no semestre dentro do eixo integrador do módulo.

O coordenador de módulo é indicado pelos professores do próprio módulo no início do semestre letivo e preferencialmente dentre os professores de Teologia Sistemática, aprovado e nomeado pela Diretoria.

As duas atividades básicas para se buscarem os objetivos da nucleação das disciplinas em módulos são: o painel e a síntese.

- I. Cada módulo deve realizar um painel no início do semestre, com os respectivos professores apresentando uma visão integrada e global das matérias; e um painel no final do semestre, levando a classe a realizar um trabalho de síntese dos conteúdos desenvolvidos pelas diversas disciplinas;
- II. O painel e a síntese são atividades que devem ser objeto de planejamento e avaliação por parte dos professores em suas reuniões periódicas.

2.5.6.3. O processo contínuo de acompanhamento das atividades

Competirá à coordenação de curso e ao NDE o acompanhamento e a avaliação das atividades a serem desenvolvidas no curso e está assim estruturado o processo de acompanhamento:

Fase 1) Planejamento

- I. A coordenação de curso e o NDE estruturarão os Planos de Ensino e Aprendizagem;
- II. Os docentes, responsáveis pela orientação da aprendizagem, a partir dos Planos de Ensino Aprendizagem organizarão os respectivos Planos de Curso;
- III. Cada docente organizará um conjunto de Atividades Práticas de Aprendizagem.

Fase 2) Socialização e acompanhamento

Todos os documentos acima descritos serão socializados com os estudantes no máximo até o início do período letivo permitindo tanto ao NDE quanto ao estudante o acompanhamento da execução do Plano de Ensino Aprendizagem e do Plano de Curso.

Fase 3) Avaliação

Além das avaliações organizadas pelos docentes a instituição organizará avaliações integradoras abrangendo todo o conteúdo previsto nos Planos de Ensino Aprendizagem, independente de terem sido trabalhados. Isto busca levar ao cumprimento integral dos conteúdos previstos.

Fase 4) Análise de desempenho do estudante e do docente e definição de ações corretivas a serem executadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem

2.5.6.4. Acessibilidade metodológica

Na estruturação dos Planos de Curso, competirá ao docente, observado os Objetivos de Aprendizagem, propor estratégias metodológicas diferenciadas que envolverão, entre outros, discussão, análise de referencial bibliográfico, trabalhos individuais e em grupo, atividades em laboratórios, visitas técnicas, participação em projetos de iniciação científica, oficinas, etc..

2.5.6.5. Estratégia de promoção da autonomia do discente

Os Planos de Ensino Aprendizagem e os Planos de Curso, conforme estruturados pela instituição, contém todas as informações necessárias ao esclarecimento do estudante em relação aos estudos a serem feitos no componente curricular. Constituem também instrumento de autonomia pois a partir destes documentos o estudante pode desenvolver seus estudos de forma mais autônoma. As orientações disponibilizadas esclarecem o estudante posicionando em relação à Trajetória de Aprendizagem prevista no PPC.

2.5.6.6. Desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática

Em cada disciplina os docentes deverão propor aos estudantes Atividades Práticas de Aprendizagem conforme modelo definido pela instituição e/ou Trabalhos integradores que proporcionem a articulação teoria – prática.

As atividades a serem propostas precisam estar associadas ao perfil do egresso, contextualizadas com a prática profissional e envolver áreas do conhecimento variadas evitando a fragmentação do conhecimento.

2.5.7. Componentes curriculares e a coerência dos procedimentos de Avaliação com a concepção do Curso

2.5.7.1. Disciplinas

As disciplinas estão explicitadas na Estrutura Curricular e no Anexo A - Planos de Ensino e Aprendizagem estão organizadas com todos os campos de interesse dos estudantes.

Durante os quatro anos que compõem o primeiro ciclo do bacharelado em Teologia do Instituto Teológico São Paulo, o estudante será acompanhado pedagogicamente por um professor. O professor orientador é o elo entre o estudante, os professores e a direção do Instituto Teológico São Paulo. As orientações serão personalizadas e sistemáticas, e procurarão acompanhar a dinâmica dos módulos ou núcleos temáticos, e a realidade acadêmica do estudante.

A organização das disciplinas ao longo do curso obedece às seguintes orientações pedagógicas:

- I. **Ano Propedêutico:** Objetiva ajudar o estudante a compreender e se inserir nas dinâmicas e organização da vida estudantil pessoal, em consonância com as exigências do bacharelado em Teologia do Instituto Teológico São Paulo. As orientações deste ano têm o viés didático.
- II. **Primeiro Ano:** Objetiva ajudar o estudante na obtenção de elementos fundamentais do aprender, fazer e celebrar a Teologia. Estabelecer diálogo que intenta dirimir dúvidas do estudante em relação à ciência teológica, em consonância com suas fontes. As orientações deste ano têm o viés epistemológico.
- III. **Segundo Ano:** Objetiva ajudar o estudante a elaborar o projeto de pesquisa para a realização da monografia. São apresentadas as normas técnicas para a formulação do projeto da monografia. As orientações deste ano têm o viés metodológico.
- IV. **Terceiro Ano:** Objetiva ajudar o estudante na realização de sua síntese teológica através do trabalho monográfico com uma temática específica inserida em uma das áreas da Teologia. As orientações deste ano têm o viés temático.

O Regimento Geral do ITESP estabelece os critérios de avaliação de desempenho em disciplinas

Os procedimentos de avaliação ficam a critério do docente responsável pela disciplina, são orientados pela coordenação do curso e devem manter estrita relação com os objetivos de aprendizagem estabelecidos em cada Plano de Ensino e Aprendizagem do curso

2.5.7.2. Estágio Pastoral Curricular Supervisionado

Contemplam-se as seguintes áreas: pastoral, atividades formativas e acompanhamento de grupos religiosos, sociais e políticos. Os discentes organizam sua prática em comunidades locais e em espaços eclesiais e não eclesiais.

A dimensão do ensino aprendido desde então, ocorrem sem a aparente dicotomia possibilitando que a prática seja o momento da reflexão, a oportunidade para o/a aluno/a perceber-se na profissão e interrogar-se sobre o sentido que sua escolha tem para sua vida. Refletir sobre seus limites e potencialidades, buscar recursos para aprofundar o conhecimento para melhor preparar-se para ler a realidade e saber intervir com seriedade.

A partir do primeiro ano escolar os/as alunos/as já são convidados a se envolverem gradualmente na vida de uma igreja local e em projetos de promoção humana. Isto porque já é entendido pelos educadores que não é recomendável que o ensino da teologia seja puramente teórico. É indispensável, ainda, que o/a aluno/a possa verificar no seu contexto todos os diferentes aspectos da cultura. Desta forma, uma situação aparentemente simples como dirigir uma reunião levantando interrogações, faz o/a aluno/a pensar no porquê da tarefa realizada e como desenvolver iniciativas.

No decorrer dos anos e com o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem o Instituto estabelece como parte do seu currículo oficial a obrigatoriedade do estágio supervisionado a partir do primeiro semestre letivo.

O curso superior em Teologia, conforme está desenhado, pauta-se por uma metodologia participativa, que estimula o exercício do pensamento e da elaboração e formulação de um discurso que dê conta do específico religioso no contexto em que o discente está inserido. Para tanto, na construção do saber, a consulta às fontes, as leituras e a pesquisa devem ser elementos fundamentais no trabalho em e extraclasse. No estágio realizado pelos/as estudantes têm se priorizado áreas que exigem do povo cristão uma participação mais consciente, para a qual, nem sempre, ele se encontra devidamente preparado e o estágio oportuniza a capacitação em áreas diversas.

O Estágio Pastoral Curricular Supervisionado é uma atividade de caráter pedagógico e profissional, que articula o ITESP com o mundo do trabalho, o saber da experiência, e que integra a estrutura curricular do curso a um amplo projeto educacional, obedecendo a uma metodologia previamente definida e sob a orientação de professor supervisor.

A avaliação do Estágio Pastoral Curricular Supervisionado visa verificar se os objetivos propostos na elaboração do Plano de Estágio foram atingidos pelo acadêmico estagiário. Para tal, são propostos protocolos de avaliação específicos. O estágio curricular do curso de Teologia funciona a partir de regulamento específico. A avaliação é contínua e processual, de forma a verificar se as competências propostas para a formação daquela etapa foram atingidas.

O Estágio Pastoral Curricular Supervisionado atende às seguintes políticas:

- Propiciar a observação de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos;
- Trabalhar a formação de competências próprias à atividade profissional e à contextualização do currículo;
- Instrumentalizar o processo dialético entre teoria/prática da formação profissional;
- Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social; formando o cidadão, o profissional e a pessoa;
- Desenvolver parcerias e convênios com Instituições, identificando e atendendo às demandas sociais, articuladas com as políticas e as prioridades institucionais;
- Acompanhar o desenvolvimento dos estagiários, de acordo com regulamento estabelecido pelo ITESP;
- Programar a integração instituição de ensino/instituições concedentes de estágio tendo em vista permitir a realização de trabalhos conjuntos e, a consequente troca de conhecimentos e experiências entre os agentes envolvidos;
- Envolver as Instituições parceiras no processo de avaliação dos estagiários;
- Favorecer o diálogo, o questionamento, a interação entre os pares bem como a criatividade;

- Favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante e de sua criticidade.

No curso de Teologia o Estágio Pastoral Curricular Supervisionado, com 200 h terá os seguintes **objetivos específicos**:

- I. Aplicar conteúdo teórico em situações práticas;
- II. Consolidar os desempenhos profissionais desejados;
- III. Simular situações típicas da atividade profissional inerentes ao curso de Teologia;
- IV. Estimular o raciocínio crítico do aluno diante de situações reais;
- V. Avaliar o nível de conhecimento adquirido pelo aluno nas disciplinas teóricas;
- VI. Aferir e estimular a responsabilidade profissional do aluno; e,
- VII. Orientar e cobrar do aluno uma postura ética no exercício do curso e de sua profissão.

Espaços Educacionais:

A formação em Teologia, especialmente em um contexto urbano complexo como o de São Paulo, exige que os estágios pastorais ofereçam uma vasta gama de experiências que vão além do ambiente paroquial tradicional.

Os principais espaços e modalidades de estágio pastoral para um teólogo, alinhados com a demanda do mercado de trabalho e o foco em Teologia Urbana e Social, incluem:

A) Instituições Eclesiásticas e Pastorais Tradicionais

São o pilar da formação prática, focando na aplicação direta da liturgia, sacramentos e doutrina:

- Paróquias e Comunidades de Base:
 - Atribuições: Acompanhamento de grupos de catequese, coordenação de pastorais específicas (saúde, juventude, família), pregação, celebrações e gestão da comunidade.
- Dioceses/Cúrias e Secretariados:
 - Atribuições: Experiência em áreas de gestão administrativa, arquivística, ou planejamento estratégico de âmbito diocesano (ex: setor de comunicação, ou pastoral vocacional).
- Ordens e Congregações Religiosas:
 - Atribuições: Imersão em carismas específicos (educação, saúde, trabalho com os pobres), vivenciando a vida comunitária e missionária.

B) Pastoral Urbana e Ação Social (Justiça Social)

Esses espaços respondem diretamente aos desafios da megalópole (desigualdade, pobreza, direitos humanos), essenciais para a Teologia Social:

- ONGs e Entidades Filantrópicas:
 - Atribuições: Atuação em projetos de combate à fome, de reintegração social, apoio a migrantes, ou promoção da cidadania. O teólogo contribui com a reflexão ética e a fundamentação dos valores do projeto.

- Centros de Direitos Humanos e Apoio Jurídico Popular:
 - Atribuições: Acompanhamento de vítimas de violência, mediação de conflitos comunitários, e reflexão sobre a dignidade humana e a justiça social a partir da fé.
- Pastoral da Rua e Moradia:
 - Atribuições: Contato direto e desenvolvimento de projetos junto à população em situação de rua, em centros de acolhida ou em movimentos de luta por moradia.

c) Capelania (Ambientes Especializados)

A capelania utiliza o aconselhamento espiritual e a ética em contextos de crise e limiares da vida:

- Capelania Hospitalar e da Saúde:
 - Atribuições: Aconselhamento a pacientes, familiares e equipe médica; acompanhamento de luto e crises de fé; debates em comitês de bioética.
- Capelania Prisional:
 - Atribuições: Visitas, acompanhamento espiritual e promoção de atividades educacionais ou de ressocialização com detentos em presídios e penitenciárias.
- Capelania Universitária ou Escolar:
 - Atribuições: Aconselhamento a estudantes; promoção de espaços de diálogo inter-religioso e ético no ambiente acadêmico; organização de eventos culturais com perspectiva de fé.

D) Diálogo Inter-religioso, Ecumenismo e Cultura

Foca na competência de diálogo e na relação entre fé e cultura em um ambiente plural:

- Centros e Fóruns Ecumênicos:
 - Atribuições: Participação na organização de encontros e eventos com outras confissões cristãs (Católica, Luterana, Ortodoxa, etc.), promovendo a unidade e o respeito mútuo.
- Associações Inter-religiosas:
 - Atribuições: Engajamento em atividades com outras grandes tradições religiosas (Islã, Judaísmo, Espiritismo, etc.) para construir a paz e o diálogo social na cidade.
- Instituições Culturais e Museus:
 - Atribuições: Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão que explorem a relação entre História, Arte, Identidade Nacional e Religião (especialmente relevante no contexto do Ipiranga e seus museus), ligando a fé ao patrimônio cultural.

São critérios básicos de avaliação dos estágios em Teologia:

- Domínio de conteúdos conceituais;
- Elaboração de relatórios e pareceres fundamentados;
- Conduta e postura no decorrer do estágio (ética, entrosamento no local de trabalho, frequência e pontualidade);
- Cumprimento das normas de estágio;

- Conduta técnica (iniciativa, atenção, capacidade de síntese, argumentação, habilidade, criatividade, comprometimento e desempenho);
- Responsabilidade frente ao trabalho e aos compromissos assumidos para a concretização do planejamento proposto;
- Avaliação do supervisor ou preceptor;
- Segurança ao ler e ao escrever;
- Interesse e dedicação; e,
- Dinâmica/criatividade.

Somente poderá ser considerado aprovado o aluno que obtiver parecer favorável do orientador no estágio supervisionado.

Anexo B - Manual de Estágio

2.5.7.3. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso, componente curricular obrigatório, com 100 h, será realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como síntese e integração do conhecimento.

Objetivos específicos:

- I. Promover a pesquisa/iniciação científica no âmbito do ITESP;
- II. Promover o aprofundamento científico no campo do saber próprio do curso de Teologia, o aprimoramento do conhecimento bibliográfico e a capacidade crítica de interpretação do objeto estudado;
- III. Proporcionar meios para o desenvolvimento da autonomia intelectual do formando.

O TCC será desenvolvido individualmente e obedecerá à regulamentação própria aprovada por Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Curso, contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Atividades desenvolvidas:

- Etapas do projeto de pesquisa;
- Instrumentalização da pesquisa;
- Normalização e formatação de trabalhos científicos;
- Técnicas de redação científica aplicada à pesquisa;
- Elaboração do projeto de pesquisa;
- Execução da pesquisa;
- Redação final do TCC;
- Apresentação do TCC.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 07 (sete) pontos.

Anexo C - Regulamento de TCC

2.5.7.4. Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam ao aluno a aquisição de habilidades e competências, seja no ambiente acadêmico ou fora dele, consubstanciada pela prática de estudos e atividades independentes, opcionais e interdisciplinares, que tenham relação pertinente com atividades acadêmicas, especialmente aquelas que dizem respeito às relações de trabalho e melhoria da sociedade.

A avaliação das Atividades Complementares se dá conforme regulamentação constante do Regulamento de Atividades Complementares e que integra o Projeto Pedagógico do Curso.

As Diretrizes Curriculares Nacionais propõem que os cursos de graduação devem incentivar novos modelos de ensino e aprendizagem valorizando principalmente a formação geral do discente e o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais a sua formação, devendo se pautar, na sua oferta:

- Pela finalidade de consolidar a vida acadêmica da Instituição;
- Pelo tratamento de temas;
- Pela interdisciplinaridade;
- Pela contribuição para a formação humanística do discente.

De uma forma geral, o conjunto das Atividades Complementares será desenvolvido para que se atinja, comprovadamente, o parâmetro mínimo da carga horária prevista na respectiva matriz curricular do curso, respeitados os limites máximos de carga horária estabelecida para cada uma das diversas modalidades. Serão consideradas atividades complementares, aquelas que contribuam para a formação técnica e humanística do discente, notadamente:

- Monitoria;
- Iniciação científica;
- Participação em grupos de estudo, projetos de pesquisa/iniciação científica ou projetos de extensão coordenados por professor;
- Participação em congressos, conferências, simpósios, seminários e atividades similares, na área do curso ou em área afim;
- Publicação de artigo;
- Cursos de extensão ou atualização, na área do curso ou em área afim;
- Participação em órgãos de representação estudantil;
- Cursos regulares de língua estrangeira;
- Acompanhamento de disciplinas isoladas;
- Cursos outros aprovados pela coordenação.

A matriz curricular estabelece a carga horária de 200 h para as atividades complementares para o curso.

Anexo D - Regulamento de Atividades Complementares

2.5.8. Estratégia de flexibilidade na organização curricular

O princípio da flexibilização, o qual contempla maior e melhor movimentação interna do acadêmico por meio da organização e ampliação de atividades, é adotado pelo ITESP a partir das seguintes ações:

- I. Atividades complementares, de caráter técnico, científico-culturais, envolvendo atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- II. Maior fluidez e dinamização no percurso acadêmico, pela minimização dos pré-requisitos.

2.5.9. A Interdisciplinaridade na organização curricular

A interdisciplinaridade deve ser planejada já na estruturação dos Planos de Ensino Aprendizagem onde o ITESP orienta a coordenação de curso, os NDE, os coordenadores de módulos e o corpo docente a discutirem com os estudantes os seguintes pontos:

- a) a Trajetória de Aprendizagem em Teologia;
- b) a articulação entre os componentes curriculares;
- c) a articulação através do Projeto Integrador de Extensão que objetiva além de desenvolver as competências e habilidades definidas no perfil do egresso o atendimento às necessidades de desenvolvimento na região polarizada

2.5.10. A Compatibilidade entre hora - aula e hora - relógio

A cada semestre, no planejamento inicial, serão verificadas pelo NDE e Colegiado de Curso as atividades a serem executadas (aulas teóricas, aulas práticas, estágios extracurriculares, atividades complementares) e analisada a adequação das ementas e planos de ensino aprendizagem. Caberá ao NDE realizar a constante adequação do Curso.

As disciplinas serão executadas observando-se o que estabelece a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007 e envolverá Preleções e Aulas Expositivas (item I do Art. 2º) e Atividades Práticas Supervisionadas (item II do Art. 2º).

Como são realizadas as Atividades Práticas Supervisionadas?

As Atividades Práticas Supervisionadas estão descritas no PPC e cada disciplina, no seu Plano de Ensino e Aprendizagem, informará a carga horária a ser trabalhada nesta atividade. Os docentes, utilizando o portal universitário, postarão para os estudantes as atividades a serem realizadas e a data de entrega.

Nesse processo:

- a) As atividades passadas para os estudantes serão acompanhadas e orientadas pelos docentes;
- b) Os estudantes entregarão comprovantes das atividades realizadas que poderá ser entre outras: uma lista de exercício, um relatório, uma resenha de texto, um trabalho escrito, um estudo desenvolvido, etc.
- c) As atividades valerão uma determinada carga horária;
- d) As atividades serão supervisionadas pelos docentes.

2.5.11. A estrutura curricular

Semestre	Módulo	Atividades de Ensino - Aprendizagem (Componentes Curriculares)	CARGA HORÁRIA							Subtotal
			Fundamental	Teórico - Prática	Interdisciplinar	TCC	Estágio	Atividade Complementar	Curricularização da Extensão	
1º	Módulo A - Introdução aos Estudos Teológicos	Hermenêutica Bíblica	30							30
		História de Israel	30							30
		Introdução à Teologia	30							30
		Antropologia da Religião			30					30
		Metodologia do Trabalho Teológico	30							30
		Psicologia da Religião			30					30
		Educação para Comunicação I			30					30
		Hebraico	60							60
		História da Igreja Antiga	30							30
		Língua Portuguesa			30					30
		Orientação didática		10						10
		Projeto Integrador Extensionista							80	80
		Subtotal	210	10	120				80	420
2º	Módulo B: Deus se revela para o ser humano a partir da fé Unidade 1: Deus fala e age na história	Revelação	30							30
		Epistemologia Teológica	30							30
		Introdução à Teologia Moral			30					30
		História da Igreja na Idade Média	60							60
		Pentateuco	60							60
		Salmos	30							30
		Sociologia da Religião			30					30
		Educação para a Comunicação II (Intensivo)			30					30
		Língua Portuguesa			30					30
		Latim	30							30
		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)			30					30

		Orientação didática		10						10
		Projeto Integrador Extensionista						80		80
		Subtotal	240	10	150			0	80	480
3º	Módulo B: Deus se revela para o ser humano a partir da fé Unidade 2: A descoberta de um Deus único e as tensões históricas	Literatura Profética	30							30
		Antropologia Teológica I	60							60
		Literatura Deuteronômica	30							30
		Moral Fundamental I			30					30
		Liturgia	60							60
		História da Igreja: Idade Moderna	30							30
		Grego Bíblico I	30							30
		Seminário			30					30
		Orientação epistemológica		10						10
		Projeto Integrador Extensionista						80		80
		Subtotal	240	10	60	0	0	0	80	390
4º	Módulo B: Deus se revela para o ser humano a partir da fé Unidade 3: A vida humana estruturada a partir da fé	Literatura Pós-exílica	30							30
		Literatura Sapiencial	30							30
		Teologia Patrística	30							30
		Moral fundamental II			30					30
		História da Igreja Contemporânea	30							30
		História da Igreja na América Latina	30							30
		Moral Social I (DSI)			30					30
		Grego Bíblico II	30							30
		Seminário			30					30
		Orientação epistemológica		10						10
		Projeto Integrador Extensionista						80		80
		Subtotal	180	10	90	0	0	0	80	360
5º	Módulo C: Cristo, plena revelação de	Palestina no Tempo de Jesus	30							30
		Cristologia	60							60
		Trindade	30							30

		Moral Social II			30					30
		História da Igreja no Brasil	30							30
		Literatura Sinótica	60							60
		Teologia Sacramentaria	30							30
		Teologia do Espírito	30							30
		Seminário			30					30
		Orientação Metodológica		10						10
		Estágio					50			50
		Atividades Complementares						50		50
		Subtotal	270	10	60	0	50	50	0	440
6º	Módulo D: A Vida nova em Cristo Unidade 1: Projeto vivo de Comunhão.	Missiologia	30							30
		Literatura Paulina	60							60
		Eclesiologia	60							60
		Moral da Sexualidade			30					30
		Ecumenismo	30							30
		Mariologia	30							30
		Unção dos Enfermos	30							30
		Seminário			30					30
		Orientação metodológica		10						10
		Estágio					50			50
		Atividades Complementares						50		50
		Subtotal	240	10	60	0	50	50	0	410
7º	Módulo D: A vida nova em Cristo Unidade 2: A vida prática em Igreja	Literatura Joanina e Cartas Católicas	60							60
		Sacramentos da Iniciação Cristã	30							30
		Teologia da Família e do Matrimônio	60							60
		Teologia Pastoral Litúrgica	30							30
		Moral da Vida			30					30
		Direito Canônico I	30							30
		Teologia da Espiritualidade	30							30

8º		Teologia Pastoral	30							30
		Monografia / TCC				50				50
		Orientação temática		10						10
		Estágio					50			50
		Atividades Complementares						50		50
		Subtotal	270	10	30	50	50	50	0	460
	Módulo D: A Vida Nova em Cristo Unidade 3: A Igreja Viva e a plenitude	Escatologia	30							30
		Penitência e Reconciliação	30							30
		Teologia da Eucaristia	30							30
		Aconselhamento Pastoral			30					30
		Literatura Apocalíptica	30							30
		Direito Canônico II	30							30
		Teologia da Vida Consagrada	30							30
		Teologia dos Ministérios	30							30
		Antropologia Teológica II	30							30
		Monografia / TCC				50				50
		Orientação temática		10						10
		Estágio					50			50
		Atividades Complementares						50		50
		Subtotal	240	10	30	50	50	50	0	430
		Projeto Integrador Extensionista							30	30
		Total Geral	1890	80	600	100	200	200	350	3420

QUADRO RESUMO	Total em Horas	Total em %
Atividades Complementares	200	5,85%
Disciplinas	2570	75,15%
Estágio Pastoral Curricular Supervisionado	200	5,85%
Projeto Integrador de Extensão	350	10,23%
Trabalho de Conclusão de Curso	100	2,92%
Total Geral	3420	100

3. CORPO DOCENTE

3.1. Política de Contratação

A contratação de docentes para o ITESP é feita observando-se os seguintes aspectos:

- I. Formação Acadêmica adequada aos objetivos definidos no PPC do curso de teologia (preferencialmente Mestres e Doutores);
- II. Possibilidade de contratação preferencialmente em tempo parcial ou integral;
- III. Experiência Profissional compatível que, aliada à formação acadêmica, possa contribuir para a formação do egresso com o perfil específico definido no PPC, nas DCN de Teologia e no Projeto Político Institucional.

Conforme PPC do Curso, será considerada a atuação dos docentes nas seguintes atividades acadêmicas, que envolvem, no seu conjunto, a orientação aos alunos na obtenção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais:

- I. Aula Teórica e Prática;
- II. Orientação de Estágio Pastoral Curricular Supervisionado;
- III. Orientação de TCC;
- IV. Orientação de Atividades de Extensão;
- V. Orientação em Projeto Interdisciplinar;
- VI. Orientação de Atividades de Iniciação Científica; e,
- VII. Participação nas Atividades Complementares.

Durante sua atuação como docente, nas avaliações de curso e institucional, será observado o comprometimento com o PPC e com as políticas expressas no PPI.

A atuação do docente deverá extrapolar o espaço da sala de aula e orientar a formação do acadêmico dentro dos princípios éticos e diretrizes definidas nos documentos formais do ITESP.

Será constituído banco de docentes para substituições eventuais obedecendo as políticas acima definidas.

3.2. Política de Qualificação

A qualificação acadêmica no Curso de Teologia do ITESP é estimulada por meio de:

- I. Critérios de admissão objetivos que priorizem a titulação, a experiência docente, a experiência profissional e a disponibilidade;
- II. Plano de apoio à capacitação docente (cursos de pós-graduação *stricto sensu*);
- III. Apoio à participação docente em cursos e estágios na área de atuação;
- IV. Apoio à participação docente em eventos técnico-científicos; e,
- V. Critérios para progressão na carreira docente que contemplem titulação e produtividade.

3.3. Política de Qualificação docente nas atividades do curso

Com a finalidade de harmonizar as atividades docentes com as necessidades do projeto pedagógico de curso e considerando as diversas origens formativas dos docentes a instituição, a cada semestre, orientará seus docentes nos seguintes aspectos:

I. Quanto à IES:

- a) Missão, Visão e Valores do ITESP;
- b) Objetivos institucionais e o contexto regional; e,
- c) Políticas institucionais constantes no PPI e suas aplicações no curso.

II. Quanto ao Curso:

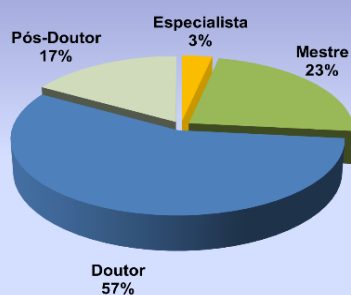
- a) Objetivos do curso;
- b) Perfil do egresso: habilidades e competências gerais e específicas do egresso;
- c) Contribuição do seu trabalho para o perfil do egresso e os objetivos do curso;
- d) Plano de Ensino e Aprendizagem, Planos de Curso;
- e) Metodologia de ensino associada aos objetivos de sua disciplina: Como você orienta a aprendizagem em Teologia?
- f) Metodologia de Avaliação: como você verifica se o aluno de fato aprendeu? E o que é feito a partir dos resultados?
- g) Atuação do NDE e do colegiado.

3.4. Perfil do Corpo Docente

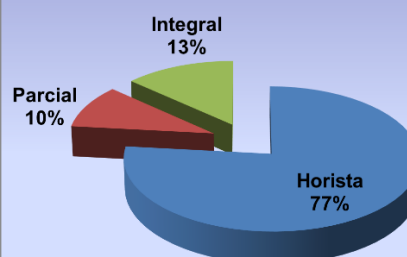
	NOME	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (em anos)			Regime de Trabalho	NDE (Sim/Não)
			DOCENTE	NÃO DOCENTE			
			Ensino Superior	Áreas afins	Outras áreas		
1	Alejandro Cifuentes Flores	Doutor	4			INTEGRAL	NÃO
2	Alzirinha Rocha de Souza	Doutor	15	2		HORISTA	NÃO
3	Antônio Carlos Frizzo	Doutor	11			HORISTA	NÃO
4	Antônio César Seganfredo	Doutor	16			INTEGRAL	SIM
5	Antônio Sagrado Bogaz	Doutor	32		38	HORISTA	NÃO
6	Bruno Alves Coelho	Mestre	10		14	PARCIAL	SIM
7	Carlos Alberto do Carmo Barbosa	Mestre	3			PARCIAL	SIM
8	Dilermando Ramos Vieira	Doutor	19			HORISTA	NÃO
9	Dorivaldo Pires de Camargo	Mestre	38			HORISTA	NÃO
10	Edevilson de Godoy	Doutor	20		17	HORISTA	NÃO
11	Edvaldo Manoel de Araújo	Doutor	17			HORISTA	NÃO
12	Eliana Massih	Doutor	43	50	25	HORISTA	NÃO
13	Helena Corazza	Doutor	48		12	HORISTA	NÃO
14	Jacques Kwangala Mboma	Doutor	10			HORISTA	NÃO
15	Krzysztof Mamala	Doutor	1			HORISTA	NÃO
16	Luciano José Dias	Mestre	2	2		HORISTA	NÃO
17	Marcelo Furlin	Doutor	22	33		HORISTA	NÃO
18	Maria Antônia Marques	Doutor	22			HORISTA	NÃO
19	Mauro Vilela da Silva	Mestre	7			HORISTA	NÃO

20	Oscar Ruben López Maldonado	Mestre	5		2	HORISTA	NÃO
21	Paolo Parise	Doutor	25		15	HORISTA	NÃO
22	Paulo Sérgio Carrara	Doutor	12	14	10	INTEGRAL	SIM
23	Quézia Cavalcanti Alves da Silva	Especialista		15		HORISTA	NÃO
24	Rodrigo José Arnoso Santos	Doutor	10		3	INTEGRAL	SIM
25	Rogério Ramos	Doutor	17			HORISTA	NÃO
26	Sergio Alejandro Ribaric	Doutor	11			HORISTA	NÃO
27	Shigeyuki Nakanose	Doutor	32			HORISTA	NÃO
28	Thales Martins dos Santos	Mestre	1	4		HORISTA	NÃO
29	Wagner Lopes Sanchez	Doutor	31		35	HORISTA	NÃO
30	Wellington da Silva de Barros	Doutor	11		14	PARCIAL	SIM

Titulação Docente - ITESP 2025



Regime de Trabalho - ITESP 2025



EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR	DOCENTES	
	Nº	%
Menos de 3 anos	4	10,34
3 ou mais anos	26	89,66
Número total de docentes	30	100

3.5. Produção Científica nos últimos 3 anos

Nº	Nome	Titulação	Lattes	Artigos publicados em periódicos científicos	Livros ou capítulos de livros publicados		Trabalhos completos publicados em anais	Resumos publicados em anais	Tradução de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	Propriedade intelectual depositada ou registrada	Projetos e/ou produções técnicas, artísticas e culturais	Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não	Total	
				Na área do curso		Na área do curso								
				Sim	Não	Sim								Não
1	Alejandro Cifuentes Flores	Doutor	http://lattes.cnpq.br/3033896657073776	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3	5
2	Alzirinha Rocha de Souza	Pós-Doutora	http://lattes.cnpq.br/4434031831673409	10	0	19	0	0	0	0	0	0	0	29
3	André Luiz Benedito	Pós- Doutor	http://lattes.cnpq.br/3720243898137511	5	0	1	0	4	4	0	0	0	3	17
4	Antônio Carlos Frizzo	Doutor	http://lattes.cnpq.br/4844995536492327	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	6
5	Antônio César Segnanfredo	Doutor	http://lattes.cnpq.br/7536625594701776	3	0	3	0	0	0	0	0	30	0	36
6	Antônio Sagrado Bogaz	Pós - Doutor	http://lattes.cnpq.br/4108675005820169	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
7	Bruno Alves Coelho	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1997002173776533	4	0	8	2	0	0	0	0	0	0	14
8	Carlos Alberto do Carmo Barbosa	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5336169934751239	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Dilermando Ramos Vieira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5336169934751239	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
10	Dorivaldo Pires de Camargo	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3505053292990482	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Edevilson de Godoy	Doutor	http://lattes.cnpq.br/7792362383004642	8	0	2	0	0	0	0	0	12	3	25
12	Edvaldo Manoel de Araújo	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6839951763657320	0	0	1	0	0	0	0	0	4		5
13	Eliana Massih	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1507387825193830	8	3	6	3	0	3	0	0	4	1	28
14	Helena Corazza	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6859780041740300	2	0	3	4	2	0	0	0	1	1	13
15	Krzysztof Mamala	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5284432490625060											
16	Luciano José Dias	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4211031959274909	5	0	4	0	6	0	0	0	33	0	48
17	Marcelo Furlin	Pós - Doutor	http://lattes.cnpq.br/9664496095494377	0	3	0	5	0	1	0	0	1	0	10
18	Maria Antônia Marques	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6944424142647690	5	0	5	0	0	0	0	0	0	4	14
19	Mauro Vilela da Silva	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0271030127314281											0
20	Oscar Ruben López Maldonado	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7682276121636641	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
21	Paolo Parise	Doutor	http://lattes.cnpq.br/3623808083508521											0
22	Paulo Sérgio Carrara	Pós - Doutor	http://lattes.cnpq.br/9306449166178538	3	0	2	0	5	4	0	0	1	0	15
23	Quézia Cavalcanti Alves da Silva	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3967504255101866											0
24	Rodrigo José Arnoso Santos	Doutor	http://lattes.cnpq.br/4981026137974599	6	0	8	0	0	2	0	0	1	0	17
25	Rogério Ramos	Doutor	http://lattes.cnpq.br/2516035610718182											
26	Sergio Alejandro Ribaric	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9216772892534513	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	Shigeyuki Nakanose	Doutor	http://lattes.cnpq.br/2868606672457571	5	0	6	0	0	0	0	0	4	0	15
28	Wagner Lopes Sanchez	Doutor	http://lattes.cnpq.br/8949124677839551	6	0	10	0	0	0	0	0	0	0	16
29	Wellington da Silva de Barros	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6109062801679672	3	0	1	0	0	0	0	0	2	0	6
				75	6	88	14	17	14	1	0	94	15	140

3.6. Atributos docentes

O ITESP considera os seguintes atributos para o bom desempenho dos docentes:

- I. Apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional;
- II. Manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática;
- III. Promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- IV. Analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão;
- V. Promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- VI. Expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- VII. Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- VIII. Elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. Infraestrutura física geral

A infraestrutura do ITESP se compõe de 7 salas de aula, com quadro e Datashow, o que se adapta às necessidades dos alunos. Há um laboratório de informática com 6 computadores onde os alunos fazem pesquisas e trabalhos. Há duas salas de orientação pedagógica. O auditório do ITESP comporta 440 pessoas assentadas, onde se realizam congressos e simpósios. Há uma sala de professores, para intervalos de aula e lanche. Há uma sala de coordenação dos cursos de pós-graduação e extensão. Uma sala de comunicação. Há salas para o diretor executivo, o vice-diretor, o secretário e o diretor financeiro. Há uma sala para a tesouraria e outra para arquivos do ITESP. O instituto conta com um amplo estacionamento, espaço de convivência e instalações sanitárias adequadas.

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)
Sala da Diretoria	16,38
Sala de Secretaria Administrativa – Tesouraria	18,9
Sala de Secretaria Acadêmica	41,6
Banheiro secretárias	2,6
Sala de Professores	20,07
Sala computador / fichário professores	15,8
Banheiro professores	2,6
Auditório - Capacidade para 418 pessoas sentadas	424,8
2 Banheiros auditório	5,56
Hall auditório	52
Sala vip auditório (para palestristas)	13,3
Banheiro sala vip	2,5
Copa auditório - despensa	10,06
Biblioteca (sala para leitura)	97,4
Biblioteca (acervo)	48,6
Biblioteca (espaço para bibliotecária)	30
Sala de estudos nº148	17
Copa das funcionárias nº 149	15,94
Sala de estudos nº 150	15,94
Despensa (prédio novo, na escada entre 1º e 2º andar)	4
Capela	17,38
Circulação andar térreo com espaço para exposições/venda de livros	146

Circulação 1º andar	90
Circulação prédio novo	43
Sala para material do DA (prédio antigo, 1º andar, nº 105)	8,88
Elevador no prédio antigo (capacidade para 5 passageiros ou 375 kg / serviço em 3 andares)	
Elevador no prédio novo (capacidade para 5 passageiros ou 375 kg / serviço em 3 andares)	
1 Banheiro feminino (prédio antigo, andar térreo, lado esquerdo)	3
1 Banheiro Feminino e/ou deficiente (prédio antigo, andar térreo, lado direito)	5
1 Banheiro Masculino feminino (prédio antigo, 1º andar, lado esquerdo)	3
3 Banheiros Femininos e 1 para deficiente (prédio novo, lado esquerdo)	21,6
3 Banheiros Masculinos e 1 para deficiente (prédio novo, lado direito)	21,6
1 Banheiros Funcionárias (prédio antigo, 1º andar, lado esquerdo)	6
Estacionamento descoberto (com segurança) para 72 carros	432
Quarto/guarita próximo do portão (para o segurança)	4
Salas de aula (total de 7 salas)	394,92
Orientação pedagógica	18,99
Área verde	4.000

4.2. Equipamentos

4.2.1. Secretaria Acadêmica

Computadores Dell all in one; estabilizadores e monitores. Link Internet (banda larga)

impressora HP 2776, multifuncional EPSON L1455, impressora EPSON I3150

Mesas, cadeiras, armários, arquivos, balcão de atendimento

Ventilação adequada

4.2.2. Sala de professores

Os espaços dedicados aos professores de tempo integral e parcial são compartilhados, climatizados e atendem a todos os aspectos relacionados à sua acessibilidade, habitabilidade, manutenção e conforto. Há computadores ligados à internet e à rede educacional, mobiliário, acesso a recursos de impressão e ramal telefônico. Os espaços de trabalho para docentes possibilitam ações acadêmicas, tais como: atender às necessidades institucionais e planejamento didático-pedagógico. Para isso, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados que garantem a privacidade para uso dos recursos, o bom

atendimento a discentes e orientandos, bem como segurança para a guarda de material e equipamentos pessoais.

Computadores Dell all in one; estabilizadores e monitores. Link Internet (banda larga)

Sistema de impressão associado às impressoras da Secretaria

Mesas de trabalho, cadeiras, armários individuais, arquivos

Poltronas, Bebedouro, espaço para café e lanches

Ventilação adequada

4.2.3. Sala Diretor

Computador Dell all in one; estabilizadores e monitores. Link Internet (banda larga)

Impressora EPSON I3150

Mesa em L, Cadeiras e Poltronas

Armário de madeira e arquivos

Ventilação adequada

4.2.4. Sala Diretor Secretário

Computador Dell all in one; estabilizadores e monitores. Link Internet (banda larga)

Impressora EPSON I3150

Mesa em L, Cadeiras e Poltronas

Armário de madeira e arquivos

Ventilação adequada

4.2.5. Sala de Comunicação e Pós-Graduação

Notebook Dell Inspiron, Monitor Dell, Monitor Samsung, CPU Dell Vostro, estabilizador, Impressora

Mesa, cadeiras, aparelho de telefone s/fio

Balcão, Mesa de Café, Puffs

Câmera fotográfica, lentes, microfones, luzes

Escaninho, bancos

4.2.6. Auditório

Mesa de som 32 canais

Processador-gerenciador de sistema DBX 480

Quadra compressor Behringer

Equalizador digital ultracurve 8024

Reverberador Yamaha REV 100

Quadra Gate Drawmer 40

CD player TEAC 1120

Tape Deck TEAC (duplo)

MD Sony

Microfones SHURE SM58 LC

Microfone SHURE TV 58 D
Caixas PA – SV 112
Caixas SUB – LA 115
Caixas Retorno – Monitor Turbo Sound
Caixas Side – SV 112
Caixas Monitoras Cabine – SF 500
Potência p/ PA Hs 2,0
Potência p/ Retornos Hs 900
Potência p/ Sides Hs 2,0
Potência p/ Sub Hs 2,0
Potência p/ caxinhas da cabine – PL 200
Direct Box
Pedestal RMV
Pedestal DEVAL mesa fixo
Cabos P 10 x P 10 (10 m)
Cabos XLR x XLR (10 m)
Luminárias p/ mesa - Gemini
Mesa analógica
Dimmer Box - Ditel
Multicabo Mesa - Dimmer
Refletor Par 64
Refletor PC
Refletor Fresnel
Refletor Elipsoidal
Garras Gom
Tomada de Internet (banda larga)

4.2.7. Salas de Aula

São 7 salas de aula, ocupando uma área de 394,92 m² equipadas com:

1. Carteiras comuns e carteiras especiais para canhotos e obesos
2. Mesa, computador, data show
3. Acesso à internet
4. Tela de projeção
5. Iluminação e Ventilação adequados

4.3. Manutenção e conservação das instalações físicas

O ITESP possui funcionário próprio para os serviços de manutenção (instalações elétricas e hidráulicas) e conservação. Somente alguns serviços de maior porte são feitos de forma terceirizada, na medida da necessidade.

5. BIBLIOTECA

A Biblioteca do ITESP tem como objetivos:

- **ser instrumento de apoio indispensável ao desenvolvimento das funções da Faculdade;**
- ser um centro de informações capaz de dar suporte bibliográfico e não bibliográfico (vídeo, cd-rom etc.);
- ter o compromisso de cumprir sua função de disseminar informações junto a comunidade acadêmica e regional.

A Biblioteca na estrutura da ITESP está subordinada à Diretoria Executiva e trata de questões relacionadas a aquisição e ampliação do acervo, aceitação e incorporação de doações, aquisição e interrupção de periódicos, ouvidas as unidades diretamente interessadas. Há uma preocupação permanente de avaliar o funcionamento da biblioteca e tratar de assuntos específicos a elas relacionados.

5.1. Composição do Acervo

O acervo básico destina-se a subsidiar a formação profissional do corpo discente do Instituto, ajustando-se às demandas básicas dos projetos pedagógicos dos cursos. O acervo científico destina-se a apoiar e sustentar o processo de investigação e pesquisa do corpo docente em geral, das atividades de pós-graduação lato sensu, bem como da iniciação científica própria do curso de graduação em Teologia. O acervo cultural é destinado a atender às questões maiores da comunidade dos usuários em seu diálogo com as diferentes expressões da cultura nacional, latino-americana e mundial. Atende inclusive às opções disciplinares, interligando-se entre si de forma abrangente. O acervo da Biblioteca é constituído por aquisição regular, com recursos do orçamento do Instituto, por doações de editoras, livrarias, instituições, pessoas físicas, por campanhas e outras formas. O acervo atenderá às necessidades apresentadas pelos conteúdos programáticos do curso:

- Os conteúdos programáticos do curso, contendo indicações bibliográficas, para o semestre seguinte, serão apresentados aos colegiados do curso ou a outras instâncias correspondentes para o estabelecimento das prioridades de aquisição;
- Tomada a decisão no colegiado superior das prioridades de aquisição, estas serão encaminhadas à direção do Instituto, que tomará as medidas necessárias à sua efetivação, cuja aquisição ficará a cargo da Biblioteca;
- A aquisição será feita antes de terminar o semestre anterior àquele para o qual é solicitada a aquisição de acervo;
- A aquisição de novos periódicos segue o padrão adotado para os demais componentes do acervo: os docentes devem indicá-los para que componham a bibliografia do projeto pedagógico do curso;

- Estão disponíveis no website ITESP as seguintes bases de dados: Espaços-revista de teologia e cultura, Pesquisas Religiosas (Biblioteca dos Redentoristas (<https://www.bresp.com.br/pt-br/>));
- O acervo bibliográfico atual apresenta 18.207 títulos entre exemplares de livros e monografias, 84 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, sendo 30 impressas e 54 revistas eletrônicas.

5.2. Serviços oferecidos pela biblioteca

- I. Empréstimo domiciliar e consulta local
- II. Digitalização de artigos de periódicos;
- III. Renovação de empréstimo pelo e-mail, telefone e WhatsApp;
- IV. Reserva de empréstimo pelo e-mail, telefone e WhatsApp;
- V. Elaboração de ficha catalográfica para o TCC;
- VI. Orientação na elaboração das referências e citações dos trabalhos acadêmicos;
- VII. Levantamento bibliográfico.

5.3. Horário de Funcionamento

Segunda-feira a sexta-feira das 7h30 às 13h

5.4. Pessoal técnico-administrativo da Biblioteca

Bibliotecária: Margareth Rodrigues da Cunha (CRB: 8/8082)

Bibliotecária: Francisca Teixeira da Silva (CRB: 8/9357)

5.5. Infraestrutura física

- 16 Guarda volumes
- 7 Terminais de consulta para alunos
- 7 Mesas de estudo (dentro ou fora da biblioteca) para os alunos
- 1 Mesa p/ 8 pessoas - sala de estudos em grupo: 8 cadeiras
- 1 Mesa p/ 2 pessoas - dentro da biblioteca: 2 cadeiras
- 2 estações de trabalho.
- 2 salas de leitura com 2 mesas

6. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

6.1. Constituição

Constituem o Corpo Discente do ITESP os alunos regulares, matriculados em curso de graduação, de pós-graduação e sequencial de formação específica e os alunos especiais, que são os inscritos em curso de aperfeiçoamento, de extensão, sequencial de complementação de estudos ou em disciplinas isoladas de qualquer um dos cursos oferecidos regularmente.

O Regimento Geral do ITESP define quais são os direitos e deveres do Corpo Discente, bem como institui o Regime Disciplinar a que estão sujeitos, com propósito de desenvolver o espírito de cooperação e possibilitar a manutenção da ordem disciplinar no ITESP.

6.2. Formas de acesso, seleção e permanência

O acesso ao curso de Teologia se dá por meio de processo seletivo aberto a todos aqueles que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e destinam-se à avaliação da formação básica legal e à classificação dos candidatos, dentro do limite das vagas oferecidas.

Os procedimentos do processo seletivo são definidos pelo Conselho Superior, sempre a partir de critérios igualitários aos candidatos e que garantam a integração dos conteúdos de verificação com os do ensino médio.

As regras para inscrição ao Processo Seletivo de admissão são dispostas em Edital, do qual devem constar, obrigatoriamente, todas as informações estabelecidas na legislação em vigor.

O ITESP adota o Catálogo de Cursos para tornar público o programa do curso e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis, sistemas de avaliação e valores de encargos, obedecida à legislação vigente.

A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação ao ITESP, realiza-se na Secretaria, em prazos estabelecidos no Calendário Escolar, instruído o seu requerimento com a documentação prevista no Regimento Geral e no edital.

O regime de dependência em disciplinas, o cancelamento e o trancamento de matrículas terão regulamentação própria, expedida pela Diretoria Geral, com manifestação prévia do Conselho Superior observados para a dependência a compatibilidade de horários, e para o trancamento, o prazo máximo de 2 (dois) anos consecutivos.

A matrícula em período subsequente é efetuada anualmente ou semestralmente, em prazos estabelecidos no Calendário Escolar aos discentes que lograrem aprovação em todas as disciplinas daquele período, salvo as dependências previstas no artigo anterior. O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento da quitação da primeira parcela da anuidade, além da prova de quitação militar e eleitoral.

O ato de matrícula, em qualquer caso, importa no compromisso do discente de obediência e integral subordinação às normas estatuídas no Regimento Geral do ITESP e nos seus Regulamentos Internos.

6.3. Programas de apoio ao Corpo Discente

O ITESP presta apoio ao estudante por meio de ações, projetos e programas, procurando atendê-lo em suas necessidades, para que possa desenvolver suas atividades, visando sua formação integral.

6.3.1. Nivelamento

No ITESP são realizadas atividades de nivelamento com especial atenção para a oferta de Língua Portuguesa.

Durante as atividades regulares, sendo observados défices de aprendizagem e necessidades de reforço a coordenação de curso providencia junto aos docentes estratégias de atendimento.

6.3.2. Atendimento psicopedagógico

Todo estudante devidamente matriculado contará com o apoio da Orientação Didática no que diz respeito às suas eventuais dificuldades de aproveitamento acadêmico. Elencamos tais objetivos e ações para implementação desse apoio:

Objetivos:

- **Inclusão Ativa:** Garantir a participação plena de pessoas com deficiência em todos os aspectos do ambiente acadêmico, promovendo a inclusão em sala de aula, nos acessos administrativos e nas salas de apoio pedagógico.
- **Acessibilidade Universal:** Criar ambientes físicos e virtuais acessíveis a todos, eliminando barreiras arquitetônicas e tecnológicas, para garantir que alunos e visitantes com deficiência possam usufruir de todas as instalações do ITESP.
- **Apoio Psicopedagógico Personalizado:** Oferecer suporte individualizado para alunos com deficiência, identificando necessidades específicas e desenvolvendo estratégias personalizadas para o sucesso acadêmico.
- **Capacitação de Docentes e Equipe Administrativa:** Proporcionar treinamento contínuo para professores e funcionários administrativos, sensibilizando-os sobre as necessidades das pessoas com deficiência e promovendo práticas inclusivas em sala de aula e em atividades administrativas.

Ações:

- **Infraestrutura Física Adaptada:** Realizar avaliações e ajustes na infraestrutura do campus, garantindo rampas acessíveis, banheiros adaptados, sinalização inclusiva e mobiliário adequado.
- **Tecnologia Assistiva:** Disponibilizar tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela, teclados adaptados e outros dispositivos, em laboratórios, biblioteca e salas de apoio pedagógico.

- Equipe de Apoio Psicopedagógico: Contratar profissionais especializados em educação inclusiva para oferecer acompanhamento individual, identificando necessidades específicas e implementando estratégias pedagógicas adaptativas, tendo em visto o Atendimento Educacional Especializado.
- Programas de Sensibilização: Realizar workshops e palestras regulares para docentes, funcionários e estudantes, abordando temas como inclusão, diversidade e o papel de cada um na construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo. Assim como discutir a temática, nos componentes curriculares do Curso.
- Parcerias Externas: Estabelecer parcerias com organizações externas especializadas em inclusão para proporcionar suporte adicional, como palestras, cursos e recursos especializados.
- Acompanhamento Contínuo: Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, coletar feedback dos envolvidos e realizar ajustes conforme necessário, garantindo a melhoria contínua do suporte psicopedagógico.

A Instituição adotará uma abordagem proativa e acolhedora para identificar e acolher alunos em situação de inclusão desde o momento de sua matrícula. Inicialmente, durante o processo de inscrição, será disponibilizado um formulário específico para que os estudantes possam informar sobre necessidades de adaptações, suportes ou qualquer outra questão relacionada à inclusão. Além disso, a equipe de atendimento ao aluno do ITESP estará capacitada para identificar sinais de necessidades específicas e fornecer orientações sobre os recursos disponíveis.

Ao receber essas informações, a Instituição estabelecerá fluxos claros de encaminhamento para garantir que as demandas dos alunos em situação de inclusão sejam atendidas de maneira eficaz. A equipe responsável pela inclusão conduzirá avaliações individualizadas para compreender as necessidades específicas de cada aluno, considerando aspectos acadêmicos, físicos e emocionais. Com base nessa análise, serão implementadas adaptações pedagógicas, estruturais e tecnológicas, conforme necessário.

Para ações imediatas, a Instituição estabelecerá uma comunicação direta e empática com o aluno para discutir as medidas de apoio e adaptabilidade que serão implementadas. Os professores e demais membros do corpo docente serão informados de maneira confidencial e orientados sobre práticas inclusivas em sala de aula.

Além disso, a Instituição promoverá ações de sensibilização para a comunidade acadêmica, visando criar um ambiente de respeito, empatia e compreensão. Eventos, palestras e workshops sobre inclusão serão organizados regularmente, incentivando a participação ativa de alunos, professores e funcionários.

A Instituição manterá uma estrutura de acompanhamento contínuo para avaliar a eficácia das medidas implementadas, ajustando-as conforme necessário. Também serão estabelecidos canais de feedback abertos para que os alunos em situação de inclusão possam expressar suas necessidades em constante evolução. Essa abordagem integrada e centrada

no aluno garantirá não apenas a inclusão efetiva, mas também um ambiente educacional mais equitativo e enriquecedor para todos.

6.3.3. Apoio Financeiro

As bolsas sociais são destinadas a estudantes que comprovem baixa renda e vulnerabilidade socioeconômica. As bolsas sociais podem ser: integrais (100%) ou parciais (30% a 50%), mediante análise de documentação.

Critérios de Elegibilidade e Processo de Análise

A seleção para as bolsas sociais é rigorosa e baseada na necessidade financeira, seguindo critérios predefinidos em edital:

Renda Familiar *Per Capita*: O principal critério é o cálculo da renda bruta familiar dividida pelo número de membros da família.

- Para bolsas integrais (100%), o limite de renda costuma ser menor (ex: até 1,5 salário mínimo *per capita*), alinhado com o ProUni.
- Para bolsas parciais, o limite de renda costuma ser mais flexível (ex: até 3 salários mínimos *per capita*).

Comprovação Documental: O estudante deve apresentar uma série de documentos que demonstrem a real situação financeira do grupo familiar:

- **Identificação** de todos os membros da família.
- **Comprovantes de Renda** (holerites, extratos bancários, declarações de Imposto de Renda, comprovantes de benefícios sociais, etc.).
- **Comprovantes de Moradia** (conta de luz/água, contrato de aluguel).
- **Comprovantes de Despesas** (contas médicas, educação, aluguel).

Avaliação Socioeconômica: A documentação é analisada por setores específicos da faculdade. Em alguns casos, pode haver uma **entrevista social** para complementar a análise e verificar as informações.

A manutenção da bolsa geralmente exige que o aluno mantenha um **bom desempenho acadêmico** (média mínima de notas) e cumpra as regras e prazos estabelecidos pela instituição. A bolsa pode ser suspensa ou cancelada se o aluno reprovar em muitas disciplinas ou se a sua condição socioeconômica melhorar significativamente.

6.3.4. Apoio à participação em projetos

O ITESP apoia a participação de discentes em eventos técnico-científicos, pelas disposições que regem a qualificação da sua formação profissional sendo que as concessões são limitadas à disponibilidade de recursos. Entende-se por eventos técnico-científicos (congressos, seminários e similares), em âmbito nacional e internacional, aqueles de natureza

orais ou visuais de pesquisa, tecnológicos, culturais e artísticos, cuja participação deve ser recomendada pelo Colegiado de Curso.

Os discentes, regularmente matriculados e vinculados ao Programa de Iniciação Científica, podem solicitar auxílio para participação em congressos, seminários ou similares, promovidos no país ou no exterior, concedidos exclusivamente para a apresentação de trabalhos. Eles poderão receber auxílio para participação em eventos, uma única vez ao ano, desde que os mesmos ocorram fora do município-sede do curso que frequentam. Em caso de coautoria de trabalhos, somente o discente responsável pela apresentação poderá pleitear auxílio.

Para requerer os benefícios do Programa, o solicitante deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I. Estar devidamente matriculado no curso de Teologia;
- II. Não possuir nenhuma reprovação em componentes curriculares dos cursos;
- III. Estar vinculado a projeto de iniciação científica independentemente de ser ou não bolsista;
- IV. Não possuir qualquer tipo de pendência junto ao seu curso.

A solicitação de auxílio pelo discente, limitada a uma por ano, para participação em eventos, com apresentação de trabalhos, deverá ser encaminhada à coordenação do curso acompanhada da seguinte documentação:

- I. Ficha de inscrição do evento, preenchida e assinada;
- II. Cópia da notificação de aceite do trabalho pela organização do evento;
- III. Cópia do trabalho a ser apresentado;
- IV. Cópia do folheto ou site de divulgação do programa oficial do evento

6.3.5. Monitoria

A monitoria tem como objetivo contribuir como atividade formativa de desenvolvimento técnico-pedagógico do discente, por meio de auxílio a atividades relacionadas à disciplina específica do seu curso de Teologia. A Monitoria Acadêmica do ITESP busca promover a cooperação entre discente e docente, estimulando os estudantes a aprofundar seu conhecimento em área específica do seu curso de graduação, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades amplamente valorizadas no mercado de trabalho como autonomia, liderança, trabalho em equipe, comunicação e pensamento crítico.

As atividades de monitoria são inicialmente propostas pelos docentes e sua necessidade é avaliada pela Coordenação. A divulgação das vagas ocorre mediante a publicação de edital específico, que regulamenta o número de vagas e o próprio processo seletivo. Os monitores aprovados participarão, junto com o professor responsável, da proposição das atividades através de um plano de monitoria. O fortalecimento da formação acadêmico-profissional-docente do estudante engloba atividades que propiciem seu

desenvolvimento no eixo ensino-extensão. Destaca-se que no quesito relacionamento interpessoal o monitor pode atuar como facilitador:

- Da interação discentes-docente;
- De atividades e horas de auxílio no planejamento de atividades didáticas;
- Acompanhamento na elaboração de conteúdos relacionados a aulas teóricas e aulas práticas da disciplina;
- Participação nas atividades didáticas como facilitador da interação discentes-docente.

A monitoria se integra como um espaço propício para exercer atividades de enriquecimento do currículo do monitor de maneira a contribuir paralelamente para sua formação acadêmico-profissional. Dessa forma a presença de um monitor pode auxiliar e/ou facilitar a detecção de problemas e soluções relacionados ao aprendizado dos discentes. Esta atuação do monitor, tanto em sala de aula quanto fora dela, é um instrumento de avaliação prévia e contínua do processo de ensino-aprendizagem durante o semestre letivo, o que não ocorre com as avaliações realizadas após o término das componentes curriculares.

6.3.6. Acompanhamento ao Egresso

Conforme PDI, item 8.4. o acompanhamento de egresso obedecerá às seguintes políticas

O **Programa de Acompanhamento de Egressos** do ITESP tem os seguintes **objetivos**:

- Acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho;
- Analisar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional do egresso;
- Apresentar sugestões de avaliação e adequação do currículo através da realimentação por parte dos egressos, tendo esses como fonte de informação sobre o curso e a faculdade, no intuito de melhoria da qualidade educacional;
- Auxiliar na criação de indicadores confiáveis para a avaliação contínua das técnicas e métodos didáticos empregados pelo ITESP;
- Avaliar o grau de satisfação com a instituição, em conformidade com as exigências profissionais;
- Informar os egressos sobre os eventos acadêmicos oferecidos pelo ITESP, oferecendo atividades de formação continuada na extensão e pós-graduação;
- Possibilitar o uso da infraestrutura da IES (Biblioteca, Auditório, Salas etc.) aos egressos.

Mantendo o seu cadastro atualizado, o egresso tem os seguintes benefícios:

- a) Desconto de 10% para os ex-alunos nos cursos de especialização ofertados no ITESP

- b) Acesso livre à Faculdade para o ex-aluno por tempo indeterminado. A única condição para que o mesmo continue tendo acesso à biblioteca é o recadastramento anual no site/área do ex-aluno;

Os benefícios e descontos serão válidos apenas para os ex-alunos com cadastros atualizados no site.

6.3.7. Organização estudantil

O Diretório Acadêmico Diretório Acadêmico Cardeal Van Thuân é o órgão de representação estudantil dos alunos de Teologia e possui sala própria cedida pelo ITESP.

A ITESP, além da cedência de espaço físico para sede da organização estudantil, fornece apoio logístico e financeiro para participação e organização de eventos. O ITESP possui áreas de convivência/lazer no seu campus, como o refeitório, espaços nos jardins com bancos, Capela, entre outros espaços.

6.3.8. Plano de Acolhimento e Permanência

Eixo I - O Ingresso no Curso de Teologia			
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES DE DESEMPENHO
Apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Teologia do ITESP e as DCN de Teologia	<p>Estudantes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Familiarizados com as orientações contidas nas DCN de Teologia 2. Com conhecimento do Projeto Pedagógico do Curso 3. Com conhecimento a respeito do NDE e Corpo Docente 4. Orientados quanto à forma de gestão do curso 5. Com mecanismos de comunicação com a gestão do curso bem definido 6. Familiarizados com as 	<p>Quanto às DCN - Análise das DCN com descrição cuidadosa das habilidades e competências e da forma como serão trabalhadas ao longo do curso</p>	<p>Compreensão pelos estudantes da proposta acadêmica e dos processos pedagógicos estruturados pelo Curso de Teologia do ITESP em consonância com as DCN de Teologia.</p>

	diretrizes da avaliação discente	Quanto ao Projeto Pedagógico: a) Apresentação e discussão dos seguintes temas: - Objetivos do Curso - Perfil do Egresso b) Apresentação dos seguintes componentes do PPC 1. A Trajetória de Aprendizagem ao longo do curso 2. As Trilhas de Aprendizagem de cada disciplina 3. Os Planos de Ensino e Aprendizagem, Plano de Curso e APS 4. As Diretrizes da Avaliação Discente 5. A articulação teoria X prática 6. Os Grupos de Estudo 7. A extensão >> O Projeto Integrador de Extensão (Curricularização) 8. O Trabalho de Conclusão de Curso 9. As Atividades Complementares 10. Estágios Supervisionados	
		Quanto ao Corpo Docente Apresentação dos seguintes temas: 1. Atributos docentes 2. Perfil do Corpo Docente	Aproximação entre coordenadores, docentes e discentes
		Quanto ao Grupo Gestor: 1. Coordenador do Curso: Perfil, Atribuições 2. Núcleo Docente Estruturante: Composição, Perfil dos Integrantes e Atribuições 3. Colegiado de Curso: Composição, Atribuições	

Eixo II -O ITESP e o estudante >> A execução da proposta

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADOR DE DESEMPENHO
Colaborar no Processo de Ensino e Aprendizagem e fazer a gestão das dificuldades acadêmicas e nivelamentos	Todos os Discentes do curso de graduação em Teologia deverão receber suporte para desenvolver o percurso pedagógico com excelência	1. Reuniões com os representantes de turma do curso de Teologia para discutir a necessidades e dificuldades da turma.	Capacidade de administrar e a dedicação necessária às atividades acadêmicas e avaliativas do curso de Teologia
		2. Acompanhamento dos resultados da CPA que envolvem o curso de Teologia para enfrentamento dos problemas apontados.	
		3. Promoção de palestras e eventos que estimulem o envolvimento com o curso e a continuidade dos estudos superando barreiras e dificuldades.	
		4. Atendimento Psicopedagógico para a construção de uma agenda e gestão do tempo para alunos do curso de Teologia.	
		5. Promoção de nivelamento em Informática Básica com a finalidade de facilitar o Letramento Digital para os alunos do curso de Teologia.	
		6. Promoção de Cursos de Nivelamento: Língua Portuguesa, Resenha Científica e Habilidade de Escrita Científica	
		7. Promoção de eventos com profissionais de Teologia mantendo o foco nos objetivos do curso e nas habilidades e competências específicas da profissão.	Domínio para interagir, acessar e compreender os textos em plataformas digitais
		8. Disponibilizar pessoal especializado para contribuir no Letramento Digital dos que demonstrarem dificuldades na utilização de diferentes mídias	

Acompanhar o desempenho dos estudantes	Todos os envolvidos na orientação discente (Coordenador de Curso, NDE, docentes, Diretoria Acadêmica) acompanham o desempenho dos estudantes e colaboram para a melhoria do processo ensino-aprendizagem	O coordenador do curso de Teologia e o NDE analisam os dados de desempenho, organizam as devolutivas de avaliação e as ações para a melhoria do desempenho escolar, evitando a evasão e frustração.	Diminuição dos trancamentos, evasão, reprovação e frustração
Eixo III - O ITESP e a recepção e apoio ao estudante			
Receber, acolher e orientar o estudante na sua adaptação e vivência em São Paulo	Todos os Discentes do curso de graduação em Teologia deverão receber suporte no processo de adaptação em São Paulo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientações relativas a procedimentos em casos de necessidade de atendimento médico 2. Orientações relativas a hospedagem e traslado em São Paulo 3. Orientações relativas a questões de segurança 4. Apresentação de São Paulo através de tour pela cidade 	Estudantes adaptados e bem preparados para a vida em São Paulo
Introduzir e orientar o discente no uso das plataformas digitais do ITESP	Todos os Discentes do curso de graduação em Teologia deverão receber suporte e orientação, pela Comunicação do ITESP, para o uso das plataformas digitais do curso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação das Plataformas usadas pelo ITESP; 2. Orientação sobre o uso das plataformas digitais; 	Estudantes instruídos e preparados para uso das plataformas digitais do ITESP.

7. AVALIAÇÃO DO CURSO

7.1. Avaliação do Curso (interna)

A coordenação de curso deverá produzir periodicamente, a partir das informações e dados disponíveis, relatório de avaliação do desempenho do ensino aprendizagem, levando em conta outras dimensões e indicadores (ENADE) que interferem positiva ou negativamente no mesmo, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Pedagógico.

Na avaliação do **Projeto de Curso**, será observado:

- I. na **execução do projeto**: formação e experiência profissional do corpo docente e tutorial (quando couber) e a adequação do docente/tutorial a cada atividade prevista: (aula teórica; orientação de estágio, orientação de TC, orientação de tutoria, orientação de iniciação científica e Grupos de Estudo). Infraestrutura física, recursos de informática e acervo e serviços da biblioteca;
- II. na **atualização** do Curso: adequação das ementas, dos planos de ensino aprendizagem e da proposta pedagógica em relação às novas demandas do mercado de trabalho;
- III. na **gestão** do Curso: movimentação de alunos: matrícula, transferência recebida, transferência expedida, trancamento, abandono, transferência interna.

Das Instâncias da Avaliação do Projeto Pedagógico de curso:

- I. no **Núcleo Docente Estruturante**, ao qual compete a observação mais contínua da manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- II. no **Colegiado de Curso**, ao qual compete, conforme Regimento, Planejar, Acompanhar a execução e avaliar todos os procedimentos regulares do curso;
- III. na **CPA**, a qual compete a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas pelo SINAES;
- IV. No **Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**

7.2. Avaliação dos Cursos (externa) e Institucional

A avaliação externa de uma instituição não deve ser confundida com a “imagem” ou a “representação” que a sociedade regional mantém acerca de dimensões da vida institucional desta instituição. A avaliação externa é um exame detalhado e aprofundado da autoavaliação, realizada por uma Comissão de Especialistas em avaliação de desempenho de Instituições de Ensino Superior. Por isso, ela deverá resultar na elaboração de parecer escrito da Comissão de Avaliadores Externos, no qual são examinados, discutidos e destacados os méritos, os equívocos e as omissões percebidas através de sua autoavaliação. Da mesma forma, o parecer poderá apontar sugestões para o planejamento do desenvolvimento da qualidade institucional.

Aplicar-se-á o mesmo procedimento aos resultados aferidos no ENADE.

7.3. Ações acadêmico administrativas decorrentes dos resultados de avaliação

Avaliação interna ou externa precisa ter consequência e no ITESP toda avaliação resultará em processos de melhoria das condições de ensino e de aprendizagem

Os relatórios, contendo os resultados e diagnósticos apresentados nas avaliações, servirão de referência para futuras ações. Existem questões que podem ser tratadas imediatamente, existem questões que, em razão de necessidade de maior planejamento, investimentos ou por dependerem de ações a serem desenvolvidas no recesso acadêmico, serão solucionadas a médio prazo. Existem, ainda, questões mais complexas que passam por análise mais detalhada da Instituição e serão levadas para o Planejamento Estratégico do ano seguinte. A análise desse material terá repercussão no Plano de Desenvolvimento Institucional, na definição de programas e projetos futuros.

Todos os procedimentos envolvidos no processo de Auto Avaliação Institucional serão imparciais e tratados com critérios éticos.

7.4. Devolutivas de Avaliação

A Diretoria Geral e a Coordenação de Curso realizam reuniões com corpo docente, discente e técnico administrativo a fim de compartilhar os resultados colhidos por cada segmento. Estas reuniões são conhecidas como Devolutivas da Avaliação. Nelas, é possível compartilhar também as medidas que serão ou foram tomadas para reverter avaliações negativas ou atender a sugestões apontadas. Trata-se de um espaço de diálogo privilegiado que favorece o crescimento Institucional e do curso.

8. ACESSIBILIDADE NO ITESP

8.1. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

O ITESP, considera de fundamental importância a busca de novas formas de resposta aos proclames de uma educação inclusiva, que garanta não só o acesso, mas sobretudo a permanência e a progressão dos estudantes. Dessa forma, promove a prática da cultura de convivência, inclusão e acessibilidade a todos os indivíduos; independentes de suas características físicas, sensoriais e intelectuais bem como culturais, movendo barreiras de preconceitos e atitudes, tornando-se uma instituição de referência nos aspectos de acessibilidade e respeito à diversidade humana, entendendo a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada:

- I. **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.
- II. **Acessibilidade Arquitetônica** - As barreiras ambientais físicas são eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras.
- III. **Acessibilidade Metodológica** - As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de possíveis estudantes com deficiência.
- IV. **Acessibilidade Programática** - Sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes.
- V. **Acessibilidade Instrumental** - As ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena.
- VI. **Acessibilidade nos Transportes** - Elimina barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança.
- VII. **Acessibilidade nas Comunicações** - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes.
- VIII. **Acessibilidade Digital** - Utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

A instituição tem buscado efetivar as ações de acessibilidade pela via da responsabilidade social expressa na Lei do SINAES e do reconhecimento da diversidade não apenas do sistema, mas também dos alunos.

A Instituição tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro abaixo, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

8.2. Dispositivos legais e normativos:

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).
LDB 9.394/96, cap. IV	Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.
Aviso Circular nº 277/96	Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.
Decreto nº 3.956/01	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Lei nº 10.436/02	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
Portaria nº 2.678/02	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
Portaria nº 3.284/03	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
ABNT NBR 9.050/04	Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Decreto nº 5.296/04	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005	Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)	Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
Plano de Desenvolvimento da Educação/2007	O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto nº 6.949/09	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Decreto nº 7.234/10	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010	Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.
Decreto nº 7.611/11	Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012	Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva é possível perceber na Instituição o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Pensando, pois, na educação inclusiva e considerando seus pressupostos legais e conceituais, o ITESP:

- I. Procura identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- II. Organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;

- III. Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
- IV. Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a Instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

A Instituição dispõe de infraestrutura planejada para pessoas com necessidades especiais, e atende também ao que estabelece a Portaria Ministerial N° 3.284 de 7 de novembro de 2003, D.O.U. de 11 de novembro de 2003.

Para alunos com deficiência física cabe destacar a preocupação da Entidade Mantenedora em propiciar total **Acessibilidade Arquitetônica** com a eliminação das barreiras ambientais físicas: existência de rampas, piso antiderrapante, adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas, colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros, instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

O atendimento às pessoas com necessidades especiais é considerado prioritário e está incluído no que acreditamos e divulgamos como responsabilidade social institucional.

Em relação aos alunos com deficiência visual ou auditiva, a IES firma seu compromisso de, no caso de solicitada, aparelhar-se e garantir as condições de acesso durante todo o período em que o interessado estiver matriculado na Instituição. Com relação aos deficientes auditivos e visuais, disponibilizará, em seu quadro de pessoal, intérprete de LIBRAS e assessoria de especialista em Braille.

No que se refere à alunos com deficiência visual, o ITESP assume o compromisso formal, caso venha ter aluno com esse tipo de deficiência, de:

- I. Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- II. Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto aos estudantes com deficiência auditiva, o ITESP assume o compromisso formal, caso venha ter alunos com esse tipo de deficiência, de:

- I. Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais;
- II. Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

Observado o disposto, o ITESP, visando a identificar os estudantes com deficiências – especialmente os ingressantes - e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação

no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- I. **No ato da inscrição para o processo seletivo** – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- II. **No ato da matrícula** – levantamento de informações sobre a existência ou não de deficiências ou mobilidade reduzida que venham a exigir, no decorrer do curso, condições especiais de acessibilidade;
- III. **No decorrer do curso** – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente.
- IV. **No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica** - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

No que se refere a alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista, o ITESP assume o compromisso formal, caso venha ter um aluno com esse tipo de deficiência, de cumprir as exigências da legislação vigente, quanto ao Ensino Superior.

Para a identificação de alunos com Transtorno do Espectro Autista o ITESP promoverá para os docentes e técnicos administrativos palestras com especialistas da área visando tornar mais fácil o processo de identificação e o apoio que se fará necessário.

Anexos

Anexo A - Planos de Ensino e Aprendizagem

Anexo B - Manual de Estágio

Anexo C - Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso

Anexo D - Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares